



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 73

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de outubro de 2018

Presidente: *Deputado Dionísio Maia*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela deputada Marta Couto) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Costa Cardoso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Pedro Moura, seguiu-se a votação, que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Clemente Manuel da Costa Cardoso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Almeida, tendo novamente sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Bettencourt Ramos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Usaram da palavra sobre este voto os Srs. Deputados Manuel Ramos, para fazer a apresentação, e o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Rute Gregório, usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a leitura do mesmo feita pelo Sr. Deputado António Marinho.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Filipe, o Ganadeiro do Povo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre este Voto de Pesar usaram da palavra a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira, para fazer a apresentação do mesmo, e os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Oliveira Machado**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Novamente aprovado por unanimidade, o voto em apreço foi apresentado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de David Francisco Mendonça Santos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Garcia. Sobre o mesmo usaram ainda da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Iasalde Nunes (*PS*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Victor Manuel da Silva Gil Lobão**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre o mesmo voto usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), a quem coube a sua apresentação, e João Bruto da Costa (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Dutra de Sousa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade da câmara.

- **Voto de Congratulação ao Judo Clube de São Jorge pelos resultados relevantes alcançados de âmbito regional, nacional e internacional**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais precisamente pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*) e também aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação Conquista de medalha de ouro na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi, pelo atleta do Judo Clube de S. Jorge**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O voto em apreço foi novamente aprovado por unanimidade, após a sua leitura pelo Sr. Deputado António Pedroso.

- **Voto de Congratulação Atletas do Judo Clube de São Jorge – Primeiros lugares no Campeonato Regional de Seniores e Primeiro lugar na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos pelo 25.º Aniversário da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF)**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Sobre o mesmo voto usaram da palavra os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), para fazer a leitura do voto, Tiago Branco (*PS*) e Luís Garcia (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação Isabela Quadrado – vencedora do primeiro lugar no concurso literário "A Ética na Vida e no Desporto" promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado João Vasco Costa, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela valorização dos Açores na proposta de Orçamento de Estado para 2019](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o qual foi aprovado por maioria

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*).

Usaram ainda da palavra para interpelar a Mesa os Srs. Deputados André Bradford (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pela brilhante classificação do jovem Gonçalo Silva no Campeonato do Mundo de Kickboxing](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para fazer a respetiva apresentação e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

- [Voto de Congratulação pela Participação das empresas açorianas Lavaimagem e RedCat Pig Studio na Web Summit 2018](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), usando da palavra sobre o mesmo voto o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

A **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XI – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2019 a 2022”**;

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Carlos Silva (*PS*), João Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Projeto de Resolução n.º 90/XI – “Atualização da Remuneração Complementar”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XI – “Aumento da Remuneração Complementar Regional – Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico da atribuição do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

O debate das iniciativas supracitadas foi feito em conjunto tendo-se iniciado com a intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*),

João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silva (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e Carlos Silva (*PS*). Participou ainda no debate o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Ambas as iniciativas foram rejeitadas por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

- **Projeto de Deliberação n.º 2/XI – “Suspensão da data para entrega do Relatório Final da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial e Associações Sem Fins Lucrativos Públicas”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM, aprovado por unanimidade;

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 117/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação em plenário do relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças com mais de 12 anos”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e PSD e pela Representação Parlamentar do PPM, aprovado por unanimidade;

- **Projeto de Resolução n.º 117/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação em plenário do relatório do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção das crianças com mais de 12 anos”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e PSD e pela Representação Parlamentar do PPM, aprovado por unanimidade;

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 118/XI – “Serviço de transporte marítimo regular de mercadorias, com Obrigações de Serviço Público, entre as ilhas das Flores e do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Justificado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM), usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (PS), Bruno Belo (PSD) e Alonso Miguel (CDS-PP).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Iasalde Nunes (PS).

Por fim foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de outubro.**

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 23 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de dar início ao nosso período de Tratamento de Assuntos Políticos, informa-se que, conforme acordado em Conferência de Líderes, primeiro vamos apresentar os Votos de Pesar.

Para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Costa Cardoso, chamo o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar**Falecimento de Costa Cardoso**

Costa Cardoso, como era conhecido, teve uma vida dedicada à comunidade e à família que mais tarde constituiu. Por isso fez parte de um restrito número de pessoas que por vocação ou feitio passa grande parte da vida dedicada aos mais variados temas que interessam as comunidades onde vivem.

Foi assim que se ordenou Padre e serviu a comunidade religiosa na década de 70 do século XX, as Paróquias do Rosário da Lagoa em 70 e 71 e São Roque entre 71 e 73.

Entre 73 e 76 viria a ser chamado a servir a comunidade militar, como capelão em Tancos, e naquele período após o 25 de Abril liberta-se do serviço militar e ingressa a 1 de abril de 1976 no Emissor Regional dos Açores da RDP, onde, entre outras coisas, era responsável pelo programa Rota das Ilhas transmitido

semanalmente para as comunidades de emigrantes e com grande audiência nas Rádios Portuguesas quer da Nova Inglaterra quer da Califórnia, zonas onde pela popularidade do programa ficou muito conhecido.

A sua dedicação a assuntos de interesse comunitário e a vontade de colaborar e servir a comunidade onde se inseria, levou-o a Presidente da Junta de Freguesia de São Roque em Ponta Delgada onde residiu, constituiu família e mais recentemente se dedicou à cultura do Ananás passando posteriormente a produzir ananás biológico, tendo sido o pioneiro nessa forma de produção na Cooperativa PROFRUTOS. Nos últimos anos de vida a isso se dedicaria com entusiasmo, bem como, já reformado à sua família. Tinha dois filhos e dois netos. Ajudava a família, mas a produção biológica de Ananás acompanhou-o sempre.

Sempre com o seu espírito de serviço público e dedicação à comunidade, passou também pelo desporto tendo sido presidente do Clube Operário Desportivo e do Grupo Desportivo de São Roque.

Clemente Manuel da Costa Cardoso faleceu a 22 de agosto passado. Um mês depois teria completado, a 21 de setembro, 73 anos de uma vida preenchida e marcada pelo espírito de servir; merece o nosso reconhecimento e solidariedade.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 18 de outubro de 2018, emita este voto de pesar pelo Falecimento de Clemente Costa Cardoso.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, André Bradford, Pedro Moura, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Francisco César

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à leitura de um Voto de Pesar, também pela morte de Clemente Manuel da Costa Cardoso, agora pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

VOTO DE PESAR

CLEMENTE MANUEL DA COSTA CARDOSO

Faleceu no passado dia 22 de agosto Clemente Manuel da Costa Cardoso, jornalista reformado da Antena 1 Açores e ex-presidente da Junta de Freguesia de Rosto do Cão – São Roque, na ilha de São Miguel.

Clemente Costa Cardoso nasceu em 1945, na freguesia de Pico da Pedra, concelho de Ribeira Grande, tendo frequentado o Seminário Episcopal de Angra, onde conclui os estudos de Teologia e Filosofia.

Depois de ter sido dispensado, pela Diocese de Angra, das suas funções de vigário episcopal na Paróquia de São Roque, São Miguel, Clemente Costa

Cardoso foi, durante largos anos, jornalista da Antena 1 Açores, tendo-se distinguido pela sua participação ativa na redação da rádio pública açoriana, dando voz aos anseios das populações, relatando os seus sucessos e insucessos, e contribuindo para a afirmação da identidade do Povo Açoriano.

Clemente Costa Cardoso foi um cidadão ativo, empenhado na participação cívica e construção de uma comunidade viva e deu o seu contributo empenhado enquanto autarca da freguesia do Rosto Cão – São Roque, tendo sido eleito presidente da Junta de Freguesia no ano de 1985.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Clemente Manuel da Costa Cardoso, do qual deve ser dado conhecimento à família e à Junta e Assembleia de Freguesia de S. Roque, em Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Almeida

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Bettencourt Ramos, da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Manuel Bettencourt Ramos

Manuel Bettencourt Ramos, natural da Vitória, freguesia do Guadalupe no Concelho de Santa Cruz da Graciosa, nasceu a 07 de abril de 1935, era conhecido como um cidadão empreendedor, reformista e filantropo, envolvendo-se em inúmeros projetos que muito contribuiu para o desenvolvimento e bem-estar dos Graciosenses.

Desde cedo e após a formação básica demonstrou uma enorme curiosidade e interesse pela eletrónica e radiodifusão. Na década de 50 completou o curso prático de Técnico de rádio, televisão, som e controlos eletrónicos, pelo Instituto de Rádio e Televisão de Hollywood dos Estados Unidos da América, efetuando os exames na Base Americana das Lajes.

Mais tarde, na sequência da sua atividade profissional concluiu o curso de Técnico de Telecomunicações Aeronáuticas, passado pela ANA – Aeroportos e Navegação Aérea.

A sua carreira profissional teve início no Rádio Farol, da ilha Graciosa, um serviço de apoio à navegação aérea no Atlântico, cuja principal tarefa era a manutenção dos equipamentos de rádio ajuda aeronáutica, sob a tutela do Exército Americano, passando mais tarde para a dependência do Exército Português e, nos anos 80, para a ANA.

Manuel Bettencourt Ramos, foi fundador da equipe de futebol do Sporting Clube do Guadalupe e membro da Direção daquela instituição em vários mandatos.

Em 1969 proporcionou à população Graciosense a primeira experiência televisiva com a construção e instalação de uma antena de receção de sinal na Casa dos Romeiros, no Monte da Nossa Senhora D´Ajuda, onde algumas dezenas de pessoas viram em direto a chegada do homem à lua, através do sinal emitido pela cadeia de televisão do Exército Americano.

Neste mesmo local promovia serões com a população, onde discutiam assuntos da atualidade e se alargava a visão sobre o mundo, através do sinal de televisão, numa altura em que a ilha vivia quase isolada, ligada ao exterior, apenas pelas ondas da rádio e por um navio que ali aportava de 15 em 15 dias.

Em 1975 foi o responsável pela instalação e manutenção do primeiro retransmissor da RTP/Açores.

No âmbito da participação cívica foi um dos fundadores da concelhia do Partido Socialista na ilha Graciosa e ainda candidato à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, nas eleições autárquicas de 1982, sendo eleito vereador, cargo que desempenhou até 1985, onde entre várias propostas se destaca a atribuição de bolsas de estudos a jovens que queriam prosseguir formação superior.

Foi ainda eleito deputado à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa em 1985, 1989 e 1993.

A colaboração do Sr. Ramos era imprescindível para o bom funcionamento das comunicações na Ilha Graciosa, nomeadamente as comunicações navais, e prestava-se a reparar e a manter outros equipamentos, como é o caso da radiologia do Centro de Saúde e até mesmo as máquinas de projeção de filmes, colaboração esta que, na maioria das vezes, era prestada a título gratuito.

Foi mesário da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santa Cruz da Graciosa, membro do conselho de administração do Hospital da Graciosa e fundador do Lions Clube.

Foi também um homem das artes, com grande interesse pela música, literatura e colecionismo. Autodidata musical abrilhantou vários serões na freguesia do Guadalupe ao som do seu acordeão.

Faleceu a 1 de setembro de 2018, em Ponta Delgada, com 82 anos, pouco tempo depois de ter visitado, pela última vez, a sua terra natal e os seus conterrâneos que tanto amava.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Acores, reunida em sessão plenária no mês de outubro, aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Bettencourt Ramos pelo seu exemplo e percurso de vida dedicado ao serviço da Graciosa e dos Graciosenses.

Que deste voto seja dado conhecimento, além da própria família, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa e à Junta de Freguesia de Guadalupe.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, Manuel Ramos, José Ávila, Ricardo Ramalho, Francisco César, Maria Isabel Quinto e André Bradford

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD associa-se a este Voto de Pesar salientando o pioneirismo do Sr. Manuel Ramos e também o seu contributo para o apoio à população e a inovação tecnológica também na Ilha Graciosa, endereçando naturalmente à família o seu profundo pesar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à leitura do Voto de Pesar da iniciativa do CDS-PP, falecimento de Carlos Alberto da Costa Cordeiro.

Dou a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

Deputada Rute Gregório (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Carlos Alberto da Costa Cordeiro

Carlos Alberto da Costa Cordeiro, professor universitário, historiador e investigador, nasceu em Ponta Delgada em 22 de agosto de 1946 e faleceu no passado dia 18 de setembro.

Estudou na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada e, entre 1968 e 1971, prestou serviço militar em Angola.

Integrou o grupo dos primeiros licenciados da Universidade dos Açores, onde se licenciou em História e Ciências Sociais, curso de profissionalização em ensino, em 1981.

Foi professor de História na Escola Secundária da Lagoa e na Escola Secundária Domingos Rebelo, entre 1981 em 1986.

Em 1986 recebeu o convite para se tornar assistente convidado do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, onde prestou Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, em 1990, e Provas de Doutoramento em História Contemporânea, em 1998.

No ano de 2005 realizou Provas de Agregação, nas quais foi aprovado com mérito absoluto, por unanimidade.

Durante 27 anos lecionou inúmeras disciplinas de História Contemporânea, História dos Açores e Relações Internacionais, na Universidade dos Açores e em colaboração com várias universidades continentais e estrangeiras.

Foi diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Diretor do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, diretor da Licenciatura em História, diretor da licenciatura em História e Ciências Sociais, diretor da licenciatura em Serviço Social e, ainda, coordenador do Mestrado de Relações Internacionais.

Foi investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, da Universidade de Coimbra, centro acreditado pela FCT.

Era um colega particularmente estimado, acolhedor e integrador dos mais jovens e de grande lealdade pessoal e científica para com os seus pares.

Teve e tem múltiplos discípulos, entre alunos de licenciatura, de mestrado e doutoramento. Conforme testemunhos públicos de alguns, foi um professor cordial, disponível e solícito. Procurava sempre suscitar mais perguntas do que dar respostas, no quadro de um modelo educativo assente no desenvolvimento do pensamento crítico. Almejou e perseguiu, sempre, a autonomia da aprendizagem e do pensamento dos seus alunos.

Foi um professor construtor de conhecimento e pensamento, como o atesta a vasta bibliografia publicada, entre artigos e livros.

Tornou-se, e continuará a ser, uma referência no âmbito dos estudos da história institucional e política, das questões autonómicas, do período da I República, da imprensa açoriana e, ainda, da emigração.

Deixa um legado pedagógico e científico de vulto, no âmbito da historiografia açoriana e nacional.

Em 2016, no Dia dos Açores, foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Aposentado desde 2013, e até que a doença o surpreendeu nesta primavera de 2018, continuou a colaborar na lecionação de disciplinas de licenciatura, mestrado e doutoramento da Universidade dos Açores, com o mesmo empenho, entusiasmo, e com a generosidade e despreendimento que todos lhe reconhecem.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro.

Deste voto deverá ser dado conhecimento a sua mulher e filhas, à Universidade dos Açores e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma Universidade.

A Deputada, Rute Gregório

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Mouro (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas umas curtas palavras para dizer que o Partido Socialista se associa a este voto, especialmente por dois motivos, por um aqui já referido pela Sra. Deputada, Dra. Rute Gregório, de que ele procurava sempre suscitar mais

perguntas do que dar resposta, o que é a manifestação de um verdadeiramente sentimento universitário que é de levantar questões e pôr em causa permanentemente as questões, porque só assim, através da análise e da discussão é que se aprofunde e se conhece melhor sobre os Açores.

Uma outra questão que gostaríamos de salientar da vida do Prof. Doutor Carlos Cordeiro, é o facto do interesse que ele dedicou ao estudo da história contemporânea açoriana e destacá-lo não só pelos trabalhos que ele fez, mas também pelo facto de ele ter incitado muitos jovens, e colaborado com ele, para estudarem mais sobre este tema, a História dos Açores Contemporânea, que de facto merece muito mais atenção.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sobre a mesma pessoa, o Professor Carlos Alberto da Costa Cordeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai apresentar um Voto de Pesar.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Sr. Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro

Faleceu no passado dia 18 de setembro, Carlos Alberto da Costa Cordeiro, Professor Auxiliar com Agregação, da Universidade dos Açores.

O Professor Carlos Cordeiro nasceu em São José, Ponta Delgada, a 22 de agosto de 1946.

Licenciou-se em História e Ciências Sociais pela Universidade dos Açores em 1981.

Foi professor de História do Ensino Secundário, até regressar à Universidade dos Açores, em 1986, como Assistente, e onde viria, posteriormente, defender Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, em 1990.

Em 1998, Carlos Cordeiro obteve o grau de Doutoramento em História Contemporânea, pela Universidade dos Açores. E em 2005 prestou provas de Agregação.

Ao longo de muitos anos foi docente do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e coordenador do Mestrado em Relações Internacionais, tendo-se aposentado em 2013.

O Professor Carlos Cordeiro destacou-se como investigador integrado do *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra* e do *Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores*, como diretor do *Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores*, e como investigador da *História Contemporânea*, em especial a história da autonomia e as temáticas ligadas à afirmação identitária do Povo Açoriano e ao regionalismo.

Coordenou diversos colóquios e o projeto “*História da Imprensa nos Açores (Séculos XIX e XX)*”.

Integrou a Comissão Científica do *Dicionário da República* e o Comité Organizador do *Congresso Histórico Internacional “I República e Republicanismo”*.

Coordenou e integrou diversas equipas de projetos de investigação, foi responsável pela organização de uma vasta pluralidade de eventos científicos na Universidade dos Açores. Orientou numerosas teses de doutoramento e de mestrado.

Desenvolveu atividade de prestação de serviços e de extensão cultural à comunidade açoriana, tanto à residente nos Açores como à da diáspora e teve uma intervenção assídua nos meios de comunicação social.

É autor e coautor de uma vasta bibliografia, onde se incluem livros, capítulos de livros, artigos científicos em revistas da especialidade nacionais e estrangeiras, prefácios, posfácios e colaboração em suplementos culturais.

Entre as obras editadas destacam-se: *Insularidade e Continentalidade: os Açores e as contradições da Regeneração (1851-1870)*, (1992); *Na Senda da Identidade Açoriana*, (1995); *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República* (1999); *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, (2011).

Foi conselheiro científico do Museu Militar dos Açores.

No Dia dos Açores, em 2016, foi agraciado com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto da Costa Cordeiro, homem de cultura e de grande dimensão intelectual, do qual deve ser dado conhecimento à família e à Universidade dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Luís Maurício, António Marinho e Paulo Parece

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à leitura de um Voto de Pesar pela morte Humberto Filipe, o ganadeiro do povo, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Albino.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

HUMBERTO FILIPE, O GANADEIRO DO POVO

Filipe Humberto Lourenço de Sousa, fundador da ganadaria HF e de todos conhecido como “Ti Humberto, o ganadeiro do povo”, faleceu no passado dia 3 de agosto, aos 72 anos de idade, após doença prolongada.

Nasceu no seio de uma família humilde e numerosa, a 23 de outubro de 1945, na freguesia das Cinco Ribeiras, na ilha Terceira, onde sempre viveu e onde começou, desde muito cedo, a trabalhar o campo por conta de outrem.

Acabou, porém, por se transformar num empresário agrícola de renome, com gado leiteiro e de engorda e, em 1983, fundou oficialmente a sua ganadaria, levado pela paixão que sempre nutriu pelo gado bravo.

A partir dos sementais e vacas comprados a José Albino Fernandes e a Ezequiel Rodrigues, Humberto Filipe criou uma das ganadarias que, atualmente, dá mais touradas à corda por ano e que tem gerado alguns toiros famosos, como o “232, o Rabão” ou o “64, o Toiro das Mulheres”, este último até perpetuado num livro da autoria de Liduíno Borba.

Quem teve o prazer de conhecer pessoalmente o “Ti Humberto”, descreve-o como um homem bom, pacato, simples, humilde, trabalhador, generoso, entendido e grande comerciante, sendo a sua vertente humana a imagem de marca de um ser humano excepcional, sempre pronto a ajudar quem a ele se dirigia e dele precisava. Exemplo disso são os mais de 20 anos em que forneceu gratuitamente as reses para a Garraiada dos Estudantes, que anualmente se realiza na Terceira pelo Carnaval.

Durante os 35 anos em que esteve à frente da sua ganadaria, Humberto Filipe saboreou grandes vitórias e viu os seus toiros premiados pela sua reconhecida bravura.

Por todas as suas qualidades pessoais, Humberto Filipe era querido do povo, que lhe deu o epíteto de “Ti Humberto”, sendo, naturalmente, uma das pessoas mais conhecidas, estimadas e respeitadas na ilha Terceira, tendo marcado, inegável e decididamente, a Festa Brava.

Numa entrevista dada à imprensa regional pouco antes de morrer, Humberto Filipe disse o seguinte: “Morro descansado, que a ganadaria não se vai embora. Tenho um filho que gosta muito e tenho um neto para seguir. Estou convencido que depois de morrer, se viesse cá daqui a 50 anos, ainda via descendência do meu gado.”

Fosse essa vinda possível, o “Ti Humberto” veria também, certamente, intacto, o respeito que por ele todos os amantes da Festa Brava, na Região Autónoma dos Açores e pela diáspora, sempre nutriram e nutrirão.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro, que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Filipe, e dele seja dado conhecimento à sua Família, à Associação Regional de Criadores de Toiros de Tourada à Corda e à Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018

Os Deputados, Maria de Fátima Ferreira, Maria Isabel Quinto, Francisco Coelho, Domingos Cunha, José Carlos San-Bento, António Toste e Mónica Rocha

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Pedi a palavra para intervir neste voto, sendo quase um atrevimento alguém do Pico falar de um ganadeiro da Ilha Terceira, embora tendo sangue terceirense eu próprio também, mas para dar aqui um testemunho.

Eu não conheci pessoalmente o Sr. Humberto Filipe, mas assisti a um momento na Ilha Terceira que me marcou profundamente. Ao assistir às Marchas da Sanjoaninas, havia uma marcha de homenagem ao Sr. Humberto Filipe. Explicaram-me que era o ganadeiro do povo, que era um homem que ajudava toda a gente, que era muito querido na Ilha Terceira, mas aquilo a que eu assisti na passagem da marcha em frente à Igreja da Sé, marcou-me para sempre naquilo que é experienciar a vivência, a cultura, o amor de um povo às suas tradições. Ver uma marcha a homenagear um homem daqueles, ver um homem com o porte que ele tinha, mas já marcado pela doença, de mão dada mais a sua

esposa à frente, com a marcha toda atrás a homenageá-lo e as pessoas, em frente à Igreja da Sé, a levantarem-se a aplaudirem, comovidas, aquela homenagem a mim marcou-me e foi viver, sentir aquilo que é um povo, o povo da Terceira, que se reconhecia e se revia no Sr. Humberto Filipe.

Por isso é com muito gosto que faço esta intervenção aqui e é com muito gosto que nos vamos associar a este voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com muito pesar que o CDS se associa a este voto pelo falecimento do ganadeiro Humberto Filipe. Realmente um homem do povo, um ganadeiro do povo, um homem simples e acho que o que define melhor era um homem bom e, sobretudo crer que dava o verdadeiro valor e enfatizava a cultura popular dos Açores, como é a cultura tauromáquica, e a arte tauromáquica nos Açores, de uma forma muito simples e que realmente nós devemos preservar sempre.

“O ganadeiro do povo” diz tudo, a sua simplicidade com que recebia as pessoas, a sua generosidade sobretudo como homem, como pessoa e como agente da cultura açoriana merece o nosso reconhecimento.

Infelizmente partiu.

Fica aqui as nossas condolências à família e o nosso pesar pela sua morte.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à leitura de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Oliveira Machado, iniciativa do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de José Oliveira Machado

Nascido a 13 outubro de 1951, na Ilha Terceira, José Oliveira Machado, por todos conhecido por Dr. Machado, concluiu o ensino secundário no antigo Liceu Nacional de Angra do Heroísmo.

Licenciou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e regressa à sua terra natal, onde, em outubro de 1983, começa a exercer a sua profissão, no antigo Posto da Caixa de Previdência, na Rua de São João, em Angra do Heroísmo.

Mais tarde, regressa ao Continente onde se especializa em Saúde Pública, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Terminada esta etapa, José Oliveira Machado regressa em definitivo à Ilha Terceira onde é nomeado Chefe dos Serviços de Saúde Pública, no antigo Posto Clínico de Angra do Heroísmo.

Em 1 de abril de 1989 ingressa no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, sendo que um ano depois é nomeado Delegado de Saúde de Angra do Heroísmo, cargo que exerceu até à data da sua aposentação.

Faleceu no passado dia 4 de setembro.

O Dr. Machado era mais do que um médico, era um amigo dos seus doentes, estando sempre presente e disponível nas horas mais difíceis.

José de Oliveira Machado era um verdadeiro humanista. Alguém que tinha paixão pela medicina e compaixão pelos outros.

Representava verdadeiramente tudo aquilo que deve ser um médico, desde logo um homem ao serviço dos seus doentes e que não olhava a meios para os servir. Soube manter ao longo de todo o seu percurso de vida uma capacidade de trabalho e dedicação ímpares, mantendo sempre a simplicidade e abnegação que desde cedo o caracterizaram.

O Dr. Machado partiu precocemente, pouco tempo depois de se ter aposentado, deixando uma enorme tristeza aos seus doentes, aos seus amigos e, sobretudo, aos seus familiares.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de José Oliveira Machado.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos seus familiares e à Direção do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Os Deputados, Artur Lima e Alonso Miguel

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O GPPS associa-se a este Voto de Pesar reconhecendo o merecimento e a homenagem que, nesta Assembleia, prestamos a um cidadão, médico de profissão – especialista em Saúde Pública –, que sempre desempenhou a sua atividade profissional com grande dedicação, humanismo e entrega desinteressada para quem sempre recorreu ou solicitou a sua ajuda.

O Dr. José Oliveira Machado ingressou no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, em 1 de abril de 1989, e foi nomeado Delegado de Saúde do concelho em 1990, cargo que desempenhou até à data da sua aposentação.

A sua competência, a sua educação e a lisura no trato, que estabeleceu com os seus doentes, colegas, outros profissionais de saúde e demais colaboradores merecem o nosso pesar pelo seu desaparecimento precoce.

Associamo-nos, assim, a este Voto de Pesar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já praticamente tudo aqui foi dito acerca daquilo que era a pessoa e o trabalho e a dedicação do Dr. Machado, quer à sua profissão, quer aos seus doentes, e é óbvio que o PSD também não pode deixar de se associar a este Voto de Pesar e de manifestar a sua solidariedade com a família e também a sua homenagem a um homem que primou a sua vida, o seu percurso profissional e o percurso pessoal por uma dedicação, por uma seriedade, por uma marca pessoal própria de quem o conheceu e que não pode deixar de ser homenageada nesta Casa.

Portante, este é mais um como tantos bons açorianos que têm marcado a sua passagem neste mundo por uma dedicação incansável e é óbvio que o PSD não pode deixar de votar favoravelmente e de se associar neste momento de pesar para com a família.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida à leitura de um Voto de Pesar pelo falecimento de David Francisco Mendonça Santos, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de David Francisco Mendonça Santos

Faleceu na cidade da Horta, no passado dia 2 de setembro, David Francisco Mendonça Santos.

Natural da ilha do Corvo, onde nasceu a 21 de setembro de 1944, David Santos, como era conhecido, fez a instrução primária na sua terra natal, estudou no Liceu da Horta e em Ponta Delgada, tendo concluído o curso geral dos liceus em 1964.

Ingressou como aspirante de finanças nos quadros da Direção-Geral das Contribuições e Impostos tendo sido colocado, em novembro de 1965, como aspirante provisório na Repartição de Finanças do Corvo.

Prestou serviço militar obrigatório, entre 1967 a 1970, inicialmente em Angra do Heroísmo e a seguir em Moçambique, onde foi condecorado pelos bons serviços prestados.

Concluída esta fase da sua vida, regressou ao Corvo e à sua atividade profissional.

A seu pedido, em 1973, foi transferido para a Repartição de Finanças da Horta e aposentou-se em 2002, sendo na altura Adjunto de Chefe de Repartição de Finanças.

David Santos foi um dos fundadores do Partido Social Democrata nas ilhas do Faial e do Corvo, tendo desempenhado vários cargos partidários, tanto a nível local como regional.

Entre 1976 e 1992, nas primeiras quatro legislaturas, o Senhor David Santos foi eleito, nas listas do PSD/Açores, Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo círculo eleitoral do Corvo, ilha que serviu com especial zelo e empenho.

Foi igualmente membro da Assembleia Municipal da Horta.

A nível social também teve um papel ativo, tendo participado na vida de várias Instituições. Foi sócio fundador da Associação dos Bombeiros do Corvo e do Lions Clube da Horta, tendo sido também Presidente da Divisão dos Açores deste Clube, delegado do Sindicato das Contribuições e Impostos do Distrito Fiscal da Horta, Presidente do Conselho Fiscal do Lar das Criancinhas da Horta, membro da Direção e da Assembleia Geral da ADELIAÇOR e membro da Direção da Sociedade Amor da Pátria.

O trajeto de vida deste cidadão generoso que se entregou à causa pública e que sempre se mostrou disponível para ajudar todos os que dele precisavam, sem nunca esquecer os seus conterrâneos e as necessidades da ilha que o viu nascer, é merecedor do nosso reconhecimento. O seu falecimento deixa-nos a todos mais pobres.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor David Francisco Mendonça Santos.

Mais se propõe que do mesmo seja dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2018.

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Marinho, Luís Garcia e Carlos Ferreira.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM associa-se a este Voto de Pesar apresentado pelo PSD a propósito do falecimento do Sr. David Santos.

O Sr. David Santos foi durante muitos anos o Deputado eleito pelo círculo eleitoral da Ilha do Corvo e serviu nesta Casa com abnegação os interesses da Ilha do Corvo e os interesses gerais dos Açores.

Foi sempre – e eu pude testemunhar isso – muito, muito estimado por toda a população da Ilha do Corvo. Foi um homem bom que fica na memória dos corvinos.

Aproveito esta oportunidade para endereçar os mais sentidos pêsamos à família.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com enorme pesar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa também a este voto.

O Sr. David, como era conhecido no Corvo, era um amigo de toda a gente, era uma pessoa que era considerada com um grande coração.

Ajudou muita gente mesmo enquanto Deputado e para além disso era um amigo pessoal do meu pai que faleceu também este ano, daí eu deixar aqui as minhas sentidas condolências à família.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Voto de Pesar pela morte de Victor Manuel da Silva Gil Lobão, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Victor Manuel da Silva Gil Lobão (1934-2018)

No passado dia 9 de outubro a Ilha Graciosa perdeu um dos seus mais ilustres cidadãos.

Victor Manuel da Silva Gil Lobão nasceu a 12 de dezembro de 1934 em Santa Cruz da Graciosa.

Era o segundo dos quatro filhos de Manuel Gil Correia Lobão e de Francisca Silva Lobão.

Saiu da Graciosa para fazer os estudos liceais em São Miguel, onde conheceu Maria Antonieta Hintze Correia e Almeida Lobão, com quem viria a casar e com quem teve três filhos, que lhe deram seis netos.

Viveu cerca de duas décadas em Coimbra, para onde foi estudar histórico-filosóficas.

Aí foi um dos fundadores da República “Os Corsários das Ilhas”, onde ainda é possível apreciar um painel desenhado por si e onde recentemente voltou, para ser homenageado pelos estudantes de hoje.

Para além de académico, viveu intensamente a vida coimbrã de então e conviveu com pessoas que se notabilizaram no movimento cultural, como Cristóvão de Aguiar, Adriano Correia de Oliveira e Zeca Afonso, que no seu livro “cantares” faz uma referência a Victor Lobão, que esteve presente na

composição da “Canção Longe”, a primeira balada a ser composta na República os “Incas”.

Homem livre, frontal e de espírito crítico, participou em várias atividades e movimentos contra a opressão. Era figura presente nos encontros que se opunham ao Regime Salazarista e num deles não escapou às garras da PIDE, que o deteve durante dois dias, quando saiu de uma dessas reuniões clandestinas.

Poucos o lembram como “O Tigre da Alta”, mas muitos o conhecem como um homem bom, uma alma pura, amigo do seu amigo, sempre com uma palavra para partilhar com os conhecidos, mas também com os desconhecidos, pessoas de todas as idades com quem se cruzava.

Antes de regressar aos Açores, esteve a lecionar em Aveiro.

Já em São Miguel, deu aulas na Escola Domingos Rebelo, até se aposentar. Para além do ensino regular, esteve ligado ao ensino profissional. Foi também diretor do Lar da Nordela, onde acolheu jovens de todas as ilhas que iam estudar para São Miguel. Alguns dos seus alunos recordam-no com saudade.

Não tinha qualquer filiação partidária, mas era uma figura atenta e preocupada com a nossa sociedade, que também lhe prestou o devido reconhecimento como pessoa credível e respeitada.

Nunca cortou os laços que o uniam à sua ilha Mãe, a Graciosa, onde regressava quase todos os anos e a qual defendia e promovia sempre que assim se exigia.

Bom amigo e bom pai, Victor Lobão deixou marca em todos os que com ele tiveram o privilégio de se cruzar.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 18 de outubro de 2018, emita o seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Victor Manuel da Silva Gil Lobão, reconhecendo o seu relevante contributo na luta pela liberdade e na defesa e promoção da “sua” Ilha Graciosa.

Que deste voto, além da sua família, seja dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, José Ávila, Manuel Ramos, Ricardo Ramalho, Maria Isabel Quinto, Francisco César e André Bradford

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao Voto de Pesar apresentado pelo falecimento do Sr. Professor Victor Lobão e eu, pessoalmente, também com grande pesar me associo a este voto de uma forma pessoal. A mim faltam-me, confesso, palavras para neste momento e desta tribuna poder dizer mais qualquer coisa que pudesse homenagear uma figura como o Professor Victor Lobão por quem tinha estima, amizade e consideração.

Naturalmente quaisquer palavras minhas seriam carregadas de subjetividade própria dessa relação.

Era também um homem cuja dimensão humana e cultural marcou quem com ele conviveu e quem com ele teve oportunidade de partilhar momentos de boa e sã convivência e amizade.

Aproveito, porque mais palavras não sou capaz de dizer, para endereçar daqui ao Manuel, à Laura e ao André Miguel o meu profundo pesar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Dutra de Sousa, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Fernando Dutra de Sousa

No dia 15 de setembro de 2018, faleceu, na cidade da Horta, Fernando Dutra de Sousa.

Nascido no lugar do Monte, Freguesia da Candelária do Pico, a 6 de setembro de 1940, frequentou o ensino primário na escola daquela localidade, tendo ocupado também parte da sua adolescência e juventude na agricultura, como todos os jovens da época.

Aos 19 anos, alistou-se como voluntário para cumprir serviço militar na Marinha. Nesta condição, para além de missões a bordo de navios da Armada, prestou serviço como especialista de radiotelegrafia nas Estações da Rádio Naval de Algés, Monsanto e Horta.

Enquanto desempenhou serviço na ilha do Faial, concluiu o Curso Geral dos Liceus e o Curso do Magistério Primário, a par do 3.º ciclo liceal. Em 1971,

abandona a Marinha e inicia a sua carreira como docente na Escola das Angústias, nesta ilha.

No decurso dos acontecimentos de *Abril de 1974*, recaiu sobre Fernando Dutra a escolha para presidir à Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Horta, no período que antecedeu as primeiras eleições para o Poder Local Democrático.

No ano de 1976, foi eleito nas listas do PSD/Açores deputado à Assembleia Regional dos Açores e, no mesmo ano, foi eleito para presidir à Câmara Municipal da Horta, e também ao Conselho Administrativo dos Serviços Municipalizados de Eletricidade da Horta.

A condição de Presidente da Câmara Municipal conduziu a que exercesse ainda, por força da lei então vigente, o cargo de Juiz do Tribunal da Comarca da Horta na ausência do titular da posição.

Quando exercia novo mandato como Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Pico, foi nomeado, em 1980, presidente do Centro de Prestações Pecuniárias da Horta, tendo permanecido neste cargo até 1996, ano em que passou à situação de aposentação.

Personalidade empenhada socialmente na vida da comunidade, tanto da sua terra natal como da cidade da Horta, presidiu à Direção do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária do Pico e integrou os órgãos sociais da Sociedade Filarmónica União Faialense, da freguesia das Angústias, foi Presidente do Conselho de Administração da sociedade Açortur, proprietária do Hotel Fayal, e foi também fundador e primeiro Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária da Horta, tendo também o seu nome ligado à fundação da Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores, cuja direção integrou, assim como outros órgãos sociais desta Instituição.

Mais recentemente, foi ainda Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Como leigo católico interessado e ativo, colaborou na dinamização das atividades da pastoral, tanto no plano paroquial, como diocesano.

Colaborou ainda na imprensa, em órgãos como o jornal “O Escuteiro” do Agrupamento de Escuteiros da Candelária do Pico, na “Vigília” da Matriz da Horta, na rádio local Antena 9, e nos programas televisivos “Reunir” e “Noite e Dia”, da responsabilidade da Diocese Açoriana, que eram exibidos na RTP-Açores.

De entre as várias distinções recebidas, podem destacar-se as seguintes:

- Em 2004, no Dia do Poder Local, foi homenageado pela Câmara Municipal da Horta;
- Em 2006, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores atribuiu-lhe o Diploma de Mérito Autárquico;
- E em 2017, no Dia da Região, foi agraciado neste Parlamento com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

A vida de Fernando Dutra de Sousa foi um exemplo de cidadania ativa e de entrega à causa pública e à comunidade, tanto no desempenho de cargos políticos, como em instituições sociais.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Dutra de Sousa. O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento à sua família e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 17 de outubro de 2018

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, Luís Garcia e Carlos Ferreira

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente também se associa a este Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD em memória do Dr. Fernando Dutra, antigo Presidente da Câmara Municipal da Horta, Deputado Regional, Presidente do Centro de Prestações Pecuniárias da Horta, tendo também ao longo da sua vida colaborado em diversas instituições de carácter social e cultural, nomeadamente e nos últimos anos como Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Homem que se distinguia pela sua postura humilde e de fácil trato e sempre movido pelo empenho e determinação em prol da sua comunidade, à qual endereço também daqui o meu profundo pesar à sua família.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à leitura dos Votos de Congratulação. O primeiro Voto de Congratulação é pelo Judo Clube de São Jorge pelos resultados relevantes alcançados de âmbito regional, nacional e internacional, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Judo Clube de São Jorge pelos resultados relevantes alcançados de âmbito regional, nacional e internacional

No decorrer do Ano de 2018, o Judo Clube de São Jorge, alcançou novamente resultados relevantes a nível regional, nacional e internacional, que são motivo de orgulho da Ilha de São Jorge e dos Açores, sendo a dedicação e o trabalho realizado uma referência no Judo Nacional.

O Judo Clube de São Jorge participou com cinco atletas no Campeonato Regional de Seniores, que decorreu no passado dia 14 de outubro na ilha Terceira, arrecadaram precisamente 5 medalhas de Ouro, tendo todos conquistado o 1.º lugar do pódio nos respetivos escalões. Assim, Lorryna Costa, André Soares, Moisés Soares, Carlos Luz e Tiago Rodrigues sagraram-se Campeões Regionais de Seniores no ano de 2018.

No passado dia 29 de setembro, André Soares conquista o Ouro na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi, que realizou-se no Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia, Coimbra, onde foi celebrada mais uma homenagem ao Mestre, Pai do Judo Português.

De igual modo, no passado mês de setembro, realizou-se o Campeonato do Mundo de Judo em Baku, capital do Azerbaijão, que acolheu a competição mais importante do circuito mundial da modalidade, onde cerca de 800 Atletas (491 Masculinos e 309 Femininas) em representação de 129 Países.

Com a sua prestação e resultados alcançados, o judoca Tiago Rodrigues, garantiu a sua integração no estatuto de alto rendimento nível A, o que se apresenta como uma mais valia para o futuro do judoca jorgense.

O Judo Clube São Jorge conta com 11 núcleos, mais de 200 atletas federados, cerca de 300 atletas em treino, onde se inclui dois 2 núcleos de desporto adaptado, inserido num projeto nacional intitulado “Ippon à exclusão”, sendo esta oferta desportiva a esta população uma das suas grandes vitórias.

Todo este percurso e trabalho do Judo Clube de São Jorge deverá ser potenciado com o centro de treino dedicado ao Judo, na ilha de São Jorge, onde

estão criadas condições de excelência para a preparação dos melhores atletas regionais, mas também para acolher a realização de estágios de preparação de equipas e seleções nacionais ou estrangeiras ao mais alto nível.

Estes resultados de excelência devem continuar a inspirar todos os envolvidos para um caminho de sucesso ao nível do alto rendimento, mas também deve potenciar o desenvolvimento sustentável de atividades desportivas e sociais, ao nível da formação de base e do desporto para todos, em São Jorge e nos Açores. Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de outubro de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Judo Clube São Jorge ter alcançado no ano de 2018 resultados relevantes de âmbito regional, nacional e internacional.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes do clube, que desenvolvem um trabalho de excelência, projetando o nome de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores no topo do Judo Nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Judo Clube de São Jorge, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, André Rodrigues, André Bradford e Francisco César

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Voto de Congratulação que se segue é sobre a conquista da Medalha de Ouro na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi, pelo atleta do Judo Clube de São Jorge, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista de medalha de ouro na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi, pelo atleta do Judo Clube de S. Jorge

O desporto tem sido uma das atividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de S. Jorge, fundado no mês de março de 2002 tem vindo a desenvolver uma atividade profícua e ininterrupta até à presente data, e conta atualmente com cerca de duas centenas de atletas distribuídos pelos 7 núcleos existentes na ilha de S. Jorge.

Este trabalho intenso e empenhado permitiu a formação de atletas de excelência que tem participado em diversas competições nacionais e internacionais obtendo resultados muito positivos para orgulho do clube, dos Jorgenses, da Região e até do País.

Em 2012 este clube foi agraciado com a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico da Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento do trabalho realizado no desporto açoriano.

Para o Judo Clube de S. Jorge é sem dúvida uma honra ser um embaixador ao mais alto nível do desporto Açoriano, e por isso, merecedor do direito de usar a marca Açores a nível internacional.

No passado 29 de setembro realizou-se mais uma edição da competição que honra o “pai do judo português” a Taça internacional do mestre Kiyoshi Kobayashi. Este ano o Judo Clube de São Jorge fez-se representar nesta competição através dos atletas André Soares em -66Kg e Moisés Soares em -73kg. O atleta André Soares conseguiu vencer todos os combates terminando a competição no lugar mais alto do pódio.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71.º e 73.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto de o atleta André Soares do Judo Clube de S. Jorge ter alcançado a medalha de ouro na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi.

A presente congratulação é extensiva ao mesmo, equipa técnica e dirigentes, que veem assim reconhecido o seu trabalho de excelência e empenho na prática desta modalidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao respetivo clube, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, 18 de outubro de 2018

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Marinho, António Pedroso e Luís Rendeiro

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O voto que se segue é um Voto de Congratulação aos atletas de Judo Clube de S. Jorge – primeiros lugares no Campeonato Regional de Seniores e primeiro lugar na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi, da iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Atletas do Judo Clube de São Jorge – Primeiros lugares no Campeonato Regional de Seniores e Primeiro lugar na Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi

O Judo Clube de São Jorge nasceu a 7 de março de 2002, conta cerca de 200 atletas, vários destes atletas integram regularmente as seleções nacionais nos diferentes escalões etários, incluindo nos seniores, como também conta com atletas de Alto Rendimento Desportivo, mostrando assim que este é um clube responsável, dinâmico e grande promotor do desporto açoriano.

Decorreu nos dias 29 e 30 de setembro, no Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia, em Coimbra, a XXII Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi 2018.

Competição esta promovida pela Federação Portuguesa de Judo (FPJ), contando com a participação de 86 atletas.

O atleta jorgense André Soares participou neste torneio internacional, conseguindo alcançar a vitória em todas as suas lutas em -66kg, arrecadando o 1.º lugar.

No dia 14 de outubro, decorreu na Ilha Terceira o Campeonato Regional de Seniores em que o Judo Clube de São Jorge participou com 5 atletas, nomeadamente Lorryana Costa, André Soares, Moisés Soares, Carlos Luz e Tiago Rodrigues, obtendo uma participação de excelência, arrecadando o primeiro lugar nos respetivos escalões.

Estas distinções obtidas pelos judocas jorgenses, a nível regional e internacional, promovem o desporto açoriano e prestigiam os Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pelas conquistas do primeiro lugar no Campeonato Regional de Seniores os atletas Lorryana Costa, André Soares, Moisés Soares, Carlos Luz e Tiago Rodrigues e pela conquista do primeiro lugar o atleta André Soares na XXII Taça Internacional Kiyoshi Kobayashi 2018, do qual deve dar conhecimento aos atletas e ao respetivo clube.

Horta, Sala de Sessões, 18 de outubro de 2018

O Deputado, Jorge Paiva

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscritos, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, iniciativa da Representação Parlamentar do PCP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELO 25º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES DA ILHA DO FAIAL (APADIF)

A Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) comemora este ano os seus vinte e cinco anos de existência, data a assinalar no próximo dia 10 de novembro.

Trata-se de uma instituição de enorme importância na ilha do Faial, cuja atividade na comunidade faialense atravessa diversas gerações.

Sendo uma Associação criada inicialmente com o objetivo de facilitar "...a recuperação e a integração social e profissional dos indivíduos com necessidades educativas especiais que, devido a deficiências físicas, intelectuais ou outras, sintam dificuldade na sua adaptação ao meio envolvente" (artigo 4.º

dos Estatutos da APADIF), ao longo dos anos foi diversificando a sua atividade e atualmente abrange valências diversificadas.

Desde o dia 30 de outubro de 2002, tem o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e atualmente abrange valências como:

ATL para crianças do 1.º ciclo e ATL inclusivo, o projeto Moviment'Arte, o Centro de Dia da Conceição e o projeto Vela para Todos, em parceria com o Clube Naval da Horta.

Sob o lema “Juntos pela Inclusão”, esta Associação tem mantido ao longo dos anos um papel fundamental na integração das pessoas com deficiência, na melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos e na ocupação dos tempos livres das nossas crianças, sem esquecer os mais variados projetos com jovens em risco.

Trata-se de uma Associação totalmente integrada na sociedade faialense, que com ela colabora, estabelecendo parcerias e dinamizando os mais variados eventos, contando com o exigente trabalho de profissionais e voluntários experientes e dedicados.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) pelo seu 25.º aniversário.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Direção da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, à Câmara e Assembleia Municipal da Horta, bem como a todas as Juntas de Freguesia da Ilha do Faial e ao Conselho de Ilha do Faial.

O Deputado do PCP Açores, João Paulo Corvelo

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, pela passagem dos 25 anos da Associação de Pais e Amigos dos deficientes da Ilha do Faial, instituição essa que tem desenvolvido um trabalho importantíssimo no apoio aos diversos públicos para os quais esta instituição destina a sua atividade, seja ao nível das pessoas com necessidades especiais, no caso da deficiência, seja dos idosos, da infância à juventude, entre muitos outros, sempre sobre o lema da luta por uma sociedade mais inclusiva.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também queria igualmente anunciar que tendo em conta que o aniversário dos 25 anos da APADIF ocorre no mês de novembro, apresentará um Voto de Congratulação sobre esta mesma matéria no Plenário de dezembro.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(corte na gravação) ... pelo seu excelente trabalho, um trabalho extraordinário de todas as suas valências, merece e merecerá todos os votos de congratulação e todo o nosso reconhecimento, por isso aprovaremos esse voto e no seu devido tempo também apresentaremos um voto sobre este aniversário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu vou propor à Assembleia que façamos um intervalo regimental da manhã, de 30 minutos. Regressamos ao meio-dia.

Obrigado.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Vamos continuar com a apresentação de Votos de Congratulação.

Peço aos Srs. Deputados para ocuparem os seus lugares.

O Voto de Congratulação que se segue é: Isabela Quadrado, vencedora do 1.º lugar no concurso literário “a ética na vida e no desporto”, promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os meus respeitosos cumprimentos à Mesa desta Assembleia na pessoa de V. Exa. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Isabela Quadrado – vencedora do primeiro lugar no concurso literário "A Ética na Vida e no Desporto" promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude

No passado dia 25 do mês de setembro, a jovem mariense Isabela Quadrado, de 17 anos, recebeu em Lisboa na sede do Jornal " A Bola", o prémio relativo ao primeiro lugar no concurso literário " A Ética na vida e no Desporto", na sua VI edição, com o trabalho intitulado "estou na corrida"

O Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., através do Plano Nacional de Ética no Desporto, com o apoio do Jornal Desportivo A Bola, a Direção-Geral da Educação/Desporto Escolar, Direção - Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, da Fundação do Desporto, e das Direções Regionais do Desporto do Governo dos Açores e da Secretaria Regional de Educação do Governo Regional da Madeira, instituíram a VI Edição do Concurso Literário "A Ética na Vida e no Desporto".

O Concurso teve por objetivo estimular a produção de trabalhos escritos relacionados com a Ética na Vida e no Desporto, galardoando aqueles que melhor qualidade apresentaram, entre estudantes do ensino secundário dos Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais e dos Cursos Profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo de Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Vem sendo recorrente o sucesso dos escritos da Jovem Mariense com sucessivos prémios nacionais e regionais, o que muito orgulha os marienses e realça a importância que tais prémios assumem, no sentido de estimular os Açorianos a não se sentirem excluídos do todo nacional, podendo ombrear com qualquer outro jovem seja de que local for, bastando para tal que acreditem e parafraseando a vencedora: "Eu acredito que aqui posso ser quem eu sou. Estou na corrida."

Assim sendo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um **Voto de Congratulação** pela conquista do primeiro lugar na VI edição do concurso literário “A Ética na Vida e no Desporto”, por parte da jovem mariense Isabela Quadrado, aluna da Escola Básica e Secundária de Santa Maria. Que o mesmo seja dado conhecimento à própria, à Escola Básica e Secundária de Santa Maria e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta, Sala das sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, André Bradford, João Vasco Costa, Bárbara Chaves, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Francisco César

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Parece.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se associa a este Voto de Congratulação.

É, de facto, um enorme orgulho constatar que os alunos marienses se destacam cada vez mais no panorama nacional e nas mais diversas áreas.

Endereçamos por isso os mais sinceros parabéns e votos dos maiores sucessos à Isabela Quadrado e que este prémio sirva igualmente de estímulo a todos os alunos da Escola Secundária de Santa Maria na persecução dos seus objetivos levando ao mesmo tempo o nome de Santa Maria cada vez mais longe.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O voto que se segue é um Voto de Congratulação pela valorização dos Açores na proposta de Orçamento do Estado para 2019, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA VALORIZAÇÃO DOS AÇORES

NA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019

A Proposta de Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2019, divulgada esta semana, **reflete a considerável atenção do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores.**

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Merece por isso destaque o **reforço das transferências para os Açores para 285,2 milhões de euros**, o que traduz **um aumento significativo de 26 milhões de euros**, em 2019, e o **cumprimento absoluto da Lei das Finanças Regionais.**

A proposta de Orçamento de Estado evidencia, desde logo, a **saudável e desejável articulação** entre os Governos da República e dos Açores, na aceitação das recomendações feitas pela nossa Região, **mas sobretudo confirmam o respeito pela nossa insularidade e a valorização dos Açores no contexto nacional.**

A valorização devida aos Açorianos reflete-se na **resolução definitiva do problema do tratamento dos doentes dos Açores** deslocados no continente, no **reforço da comparticipação das Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo inter-ilhas, ...**

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... na **afetação das receitas dos jogos sociais**, entre outros exemplos.

O Orçamento de Estado para 2019, **também responde às nossas reivindicações** e a matérias importantes para as nossas ilhas, contemplando investimentos como:

- Observatório do Atlântico, no Faial;
- Estabelecimento prisional na ilha de São Miguel;
- Desenvolvimento do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), através da descontaminação e à comparticipação de despesas relacionadas;
- Investimento na rede de radares meteorológicos;
- Ampliação do Aeroporto da Horta, no Faial;

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: - Início dos procedimentos para a substituição das interligações por cabo submarino;

- E a consignação de receitas para o Serviço Regional de Saúde.

Eu bem sei que é um incómodo para alguns, mas isso fica bem patente.

Fica assim demonstrada a **solidariedade efetiva e a consideração do Governo de Portugal, liderado pelo Partido Socialista, para com os Açores e para com os Açorianos**, o que não aconteceu com o anterior Governo da República.

O trabalho realizado pelos **Deputados do PS/Açores** eleitos para a Assembleia da República, merece, ainda, um especial reconhecimento pela sua exigência,

rigor e dedicação à sua Terra, em prol do desenvolvimento dos Açores e de Portugal.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É caso para dizer que, **para o Partido Socialista, o valor da palavra dada, não se circunscreve ao momento da campanha eleitoral, é um compromisso de honra, um imperativo de consciência, que assumimos e cumprimos, ao longo desta legislatura, com os Açorianos!**

Deputado Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Nesta mesma semana, tivemos uma proposta de OE **que respeita e valoriza os Açores**, e, também, o **reconhecimento público internacional pela Agência de Notação Financeira “Moody’s” da solidez, equilíbrio e sustentabilidade das nossas finanças públicas, ...**

Deputado Francisco César (PS): Bem lembrado!

Deputado Paulo Parece (PS): Isso é uma declaração política!

O Orador: ... através da subida do rating dos Açores.

Estas são, apenas, mais algumas evidências que confirmam o **novo Ciclo de Desenvolvimento dos Açores dos Açores! Um desenvolvimento que resulta da estratégia e do bom trabalho do Governo Regional, feito pelos Açores e com os Açorianos.**

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro, que seja aprovado um **VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA VALORIZAÇÃO DOS AÇORES, NA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019!**

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Assembleia da República, aos Partidos Políticos, ao Governo da República Portuguesa, aos Açorianos e ao Governo Regional dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 outubro de 2018.

Os Deputados, Carlos Silva, André Bradford e Francisco César

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui perante um Voto de Congratulação que mais não é do que mais uma tentativa de instrumentalização do primeiro órgão da Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O Partido Socialista tenta, através deste Voto de Congratulação comprometer a Autonomia na campanha do Partido Socialista nacional por este ser o último Orçamento de Estado antes das eleições nacionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: As negociações para o Orçamento do Estado ainda nem estão fechadas e a partir do momento em que há dois dias tivemos nesta câmara o Sr. Secretário da Educação a dizer que não se podia comprometer com as medidas aqui apresentadas para a recuperação do tempo de professores porque o Orçamento de Estado não estava fechado e ainda não tinha havido negociação, a incoerência do Partido Socialista é uma coisa gritante.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Que mais não fosse, nós chegamos aqui ao absurdo de propor votar um Voto de Congratulação pelo respeito e o cumprimento da lei.

A Lei de Finanças Regionais é lei! A Lei de Finanças Regionais tem que ser cumprida e é cumprida por este Governo e foi cumprida por todos os Governos anteriores e nunca vi até aos dias de hoje a instrumentalização de uma câmara que é o primeiro órgão de Autonomia a congratular o cumprimento da lei.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Discutir aqui o Orçamento de Estado é uma instrumentalização!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Espero que tenha em consideração o tempo perdido, entretanto.

Presidente: Srs. Deputados...

Pode usar da palavra, Sr. Deputado.

O Orador: O nosso Grupo Parlamentar analisou o vosso Voto de Congratulação e chegámos à conclusão de que este voto só é possível porque temos uma maioria absoluta do Partido Socialista completamente cristalizada, fossilizada...

Deputado André Bradford (PS): Fossilizada!?

O Orador: ... porque este mesmo voto seria completamente impossível na Assembleia da República por parte do Partido Socialista. Isto porquê? Porque é este narcisismo que faz com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresente um Voto desta natureza, não fossem algumas passagens de puro narcisismo e o nosso Grupo Parlamentar votaria favoravelmente este voto.

Deputado José San-Bento (PS): O nosso orçamento! A nossa maioria!

O Orador: Ora, parágrafos que expressam pérolas como esta, “o trabalho realizado pelos Deputados do PS-Açores eleitos para a Assembleia da República merece ainda, em especial reconhecimento pela sua exigência, rigor e dedicação à sua terra, em prol do desenvolvimento dos Açores e de Portugal” ... Bem, isto não seria possível na Assembleia da República, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas por exemplo, o PSD também faz isso montes de vezes!

O Orador: ... porque este voto feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi feito deliberadamente para não merecer o voto favorável de nenhuma bancada da oposição.

Deputado Francisco César (PS): O PSD também faz isso montes de vezes, o Deputado António Ventura!

O Orador: Portanto, é típico de uma maioria absoluta não habituada ao diálogo, não habituada aos consensos, coisa que não aconteceria na Assembleia da República.

É claro que o nosso Grupo Parlamentar se congratula mais uma vez com o compromisso assumido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de termos garantida a execução de projetos que há muito deveriam ser uma realidade na nossa Região, como o Observatório do Atlântico no Faial, o Estabelecimento Prisional na Ilha de São Miguel, o desenvolvimento do PREIT, entre outros projetos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora é que é!

O Orador: Mas convém salientar o seguinte: não basta inscrever rubricas no Orçamento de Estado e a única coisa que temos garantido neste momento é que estas rubricas estarão inscritas no Orçamento de Estado.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Outra coisa será dotar essas rubricas de verba e outra coisa ainda será executar essas verbas.

Portanto, essas são promessas que se têm vindo a renovar, infelizmente, de ano para ano, no Governo da República e que são promessas de fundamental importância para a nossa Região e muito dificilmente têm vindo a ser concretizadas.

Mais! Quero aqui salientar aquela que é a Lei das Finanças Regionais que temos atualmente.

É verdade que temos um reforço das transferências do Orçamento de Estado graças a esta Lei, mas também é verdade que graças a esta lei, quiçá, no futuro, possamos assistir a reduções nas transferências do Orçamento de Estado. Isto

porquê? Porque a atual Lei das Finanças Regionais faz com que não haja essa garantia.

Mais! Só temos esse reforço das transferências do Orçamento de Estado por uma simples razão, porque temos um Governo da República suportado por um acordo de incidência parlamentar que inclui o Bloco de Esquerda e o PCP, que fez com que as pessoas recuperassem rendimentos e por essa via também se aumentasse a procura interna, se aumentasse a receita fiscal ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... e dessa forma também se reduzisse a despesa.

Por isso mesmo é que temos vindo a assistir a um reforço das transferências do Orçamento de Estado para Região.

Ora, essa garantia não teremos se de hoje para manhã devido a um qualquer contexto internacional alguma conjuntura financeira menos favorável venhamos a perder competitividade na nossa economia e mais do que isso correremos o risco de virmos a ter novamente na República um Governo que implemente políticas de austeridade que faça com que a procura interna se reduza novamente e dessa forma possamos perder receitas e aumentar a despesa e dessa forma as transferências para o Orçamento de Estado também se virem reduzidas.

Deputado Francisco César (PS): Não tenha vergonha de assumir os seus medos!

Deputado José San-Bento (PS): É o princípio, sabe?

O Orador: Mais ainda! Eu fico muito surpreendido por ver que este Partido Socialista parece que salienta e valoriza muito mais aquela que é a notação atribuída à dívida da Região pela Agência de Notação Financeira Moody's em

vez, quiçá, de valorizar aquele que é o *rating* que os açorianos e açorinas atribuem neste momento à saúde pública, à educação e aos transportes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Apoiado!

O Orador: Isso é que interessava, era saber qual o *rating* que neste momento os açorianos e açorianas dão aos nossos serviços públicos.

Mais! É verdade que temos aqui a inscrição de muitos compromissos, mas também temos alguns que faltam, que estão ausentes, como por exemplo, é verdade que...

Presidente: Sr. Deputado, eu alerto que já ultrapassou o seu tempo de intervenção.

O Orador: É verdade que está garantido o reforço das transferências para o cumprimento das Obrigações de Serviço Público para o transporte inter-ilhas, mas não está garantido aqui o cumprimento daqueles que são os direitos de mobilidade para fora da Região, ou seja, entre a região, o continente e o continente e a Região.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Não temos qualquer garantia de que no futuro tenhamos normas que venham a restringir...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine. Obrigado.

O Orador: ... esse direito à mobilidade.

Além do mais, não há qualquer garantia apesar de Carlos César, Lara Martins e João Castro terem ainda ontem reafirmado...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... o compromisso também do Governo da República ajudar, colaborar na legalização do Bairro de Santa Rita.

No entanto, isso não corresponde neste Voto de Congratulação.

Presidente: Sr. Deputado, Paulo Mendes, eu agradeço que termine.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado.

Srs. Deputado, eu agradeço que respeitem os tempos conferidos para cada intervenção, porque senão os cortes também não são benéficos no diálogo que se propõem.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que este voto que o Partido Socialista apresenta aqui nesta câmara não dignifica a Autonomia dos Açores.

Trata-se de um voto que é uma opinião partidária que seria legítima num comunicado que o Partido Socialista fizesse para a sociedade açoriana, nunca utilizar esta comunicação da forma como está a utilizada...

Deputado Manuel Pereira (PS): Agora quer dizer o que o PS deve fazer!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... para provocar desnecessariamente a conflitualidade, para provocar os seus adversários políticos e até os seus sócios políticos, porque o Partido Socialista arrogar-se aqui de um conjunto de méritos que até tendo em conta a composição da Assembleia da República não lhes pertence inteiramente, é algo que é desprestigiante até para a forma como está a ser feito e como estão a chegar a acordos no âmbito da esquerda em Portugal, com o contributo do Bloco de Esquerda, do PCP, do Partido Socialista e os Verdes.

Eu tenho a certeza que se esta informação chegar à Assembleia da República, o Partido Socialista terá vergonha da forma como partidos como o PCP, partidos como Bloco de Esquerda e os Verdes foram instrumentalizados nos votos que Vs. Exas. fizeram.

Portanto, penso que prestam um muito mau serviço à Autonomia dos Açores e também prestam um muito mau serviço até a quem no âmbito do vosso campo

político está a negociar e está a chegar a acordos em relação à vossa solução política, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma coisa do outro mundo!

O Orador: ... que não é a minha, mas de qualquer das formas considero uma tremenda injustiça aquilo que os senhores estão a fazer.

Por outro lado, também dizer-vos o seguinte: não considero lícito, num Voto de Congratulação os senhores façam a promoção dos vossos Deputados e que desprezem, em absoluto, deputados açorianos que foram eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores e que lá se sentam com o apoio do povo dos Açores.

Desprezar e minorizar deputados que lá se sentam com o voto dos açorianos é algo que na minha perspetiva está profundamente errado e é um comportamento indigno de V. Exas. em relação à representatividade de todos os açorianos e à opinião política de todos os açorianos.

Considero também que, sendo essa a vossa apreciação política, seria legítima. Agora os senhores não podem é colocar para ser votado por todo o Parlamento dos Açores apreciações desse género.

Depois, dizer-vos finalmente, para cumprir o tempo de que disponho, de que não é desta forma que os senhores se impõem na sociedade açoriana.

Deputado André Bradford (PS): Mas ninguém se impõe!

O Orador: A sociedade açoriana o que pede é diálogo, é a resolução dos problemas, é humildade em reconhecer os erros, como por exemplo a não execução de muitos destes projetos ao longo de toda a legislatura. É isso que a sociedade açoriana valoriza, é a humildade, é o reconhecimento dos erros e é também o contributo de todos e não aquilo que V. Exas. aqui fizeram que é arvorar-se de todas as soluções e de todos os méritos.

Esse tipo de postura para um partido que governa a Região há 22 anos, não é um caminho sólido que V. Exas. possam percorrer.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar também.

O Orador: A sociedade açoriana está farta de arrogância e de prepotência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das questões principais que se coloca no Orçamento de Estado, no artigo 59.º, é a deliberação no sentido de o Governo resolver todas as urgências para a ampliação do aeroporto da Horta.

Nós congratulamo-nos com isso e relembramos aqui hoje que o assunto foi minuciosamente discutido na Assembleia da República, quer na Comissão de Economia, quer em plenário por uma proposta de recomendação do PCP.

Também motivou as restantes forças políticas a tomarem as posições idênticas e essa proposta até foi aprovada por unanimidade.

Lembramos que foi um esforço muito forte, foi impulsionado e que foi também impulsionado pelo Partido Comunista Português.

Lembramos, que quanto ao Observatório do Atlântico congratulamo-nos, é uma medida considerada, necessária e já está prometida há pelo menos três anos.

O Estabelecimento Prisional de São Miguel esta resolução é uma iniciativa que já está prometida há mais de 30 anos, portanto, tem 30 anos de atraso.

Nós podemos também congratular-nos com a resolução destes muitos antigos que são resultados de um longo combate nos órgãos regionais, na Assembleia da República e na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Mas também afirmamos aqui e queremos afirmar que valorizar os Açores é sem dúvida nenhuma valorizar e defender a unidade nacional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Costuma-se dizer que nós já vimos de tudo nesta vida, mas somos sempre surpreendidos por coisas que não esperamos e esta efetivamente não se esperava nunca do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ora bem, perante isto, eu queria perguntar ao Sr. Deputado qual é a verba inscrita, a dotação orçamental para a construção da cadeia de Ponta Delgada?

Qual a dotação orçamental para a rede de radares meteorológicos?

Qual a dotação Orçamental para o aeroporto da Horta?

Qual a dotação Orçamental para a descontaminação da Ilha Terceira?

Portanto, quando V. Exas. me responder a essas perguntas, e se tivesse trazido aqui valores efetivos, a coisa seria outra.

Deputado André Bradford (PS): Nós não é que fizemos o orçamento de estado!

Deputado José San-Bento (PS): A coisa é outra!

O Orador: Portanto, para responder diretamente à sua questão, Sr. Deputado, sobre a palavra dada que o senhor ali anunciou, palavra dada é promessa adiada pelo Partido Socialista.

Depois vem o senhor dizer aqui, o cumprimento absoluto da Lei de Finanças Regionais. Isto é falso!

Deputado José San-Bento (PS): Não é não senhor!

O Orador: Isto é mentira! É uma mentira vossa, porque está aprovado na Assembleia da República e foi aprovado por unanimidade nesta Casa para se cumprir o artigo 8.º, n.º 6, da Lei de Finanças Regionais para o Estado Português assumir a despesa da descontaminação da Ilha Terceira e não cumpriu. Portanto, é falso o que os senhores dizem aqui.

Deputado Carlos Silva (PS): Está no orçamento!

Deputado José San-Bento (PS): Não é não senhor!

O Orador: Mais à frente! Devo-vos dizer que António Costa arrisca-se a ser o laureado, António Costa e os três Deputados do Partido Socialista e talvez Vasco Cordeiro (vai ser um prémio para várias pessoas) ao Prémio da Economia de “como fazer obra sem dinheiro?”.

Há uma anedota que diz que havia um senhor que tinha uma panela que cozia sem lume.

Deputado Francisco César (PS): A televentas diz que é possível!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista é a mesma coisa: faz obras, mas não tem dinheiro.

Mas chumbaram o ano passado 5 milhões de euros inscritos no Orçamento para a descontaminação da Ilha Terceira. O Partido Socialista votou contra; 2 milhões de euros para o início da construção da cadeia de Ponta Delgada, o Partido Socialista votou contra.

Deputado Francisco César (PS): Começa agora!

Deputado José San-Bento (PS): Está no orçamento!

Deputado Bruno Belo (PSD): Quantos são?

O Orador: Foi o ano passado senhor.

Mas para a rede de radares 1 milhão e meio de euros o Partido Socialista votou contra.

Portanto, o que está aqui é um conjunto de intenções, de meras intenções que não valem.

Depois, há aqui uma coisa muito engraçada, que já foi aqui referida, é que os senhores vão ter que mudar de nome com esta resolução. Isto inicia o princípio de mudança do nome do Partido Socialista. É que os senhores acabam de uma maneira absolutamente inacreditável, desprezando os açorianos e os empresários açorianos.

Portanto, é o autoelogio.

Deputado Francisco César (PS): Não é autoelogio, é um elogio ao Governo!

O Orador: Quase que regressamos aos antigos Coliseus de Roma para não chamar outras democracias mais recentes, que os senhores apoiavam em 2010 e em 2011, como por exemplo, a Venezuela.

Os senhores vão mudar de nome: vão mudar de Partido Socialista, para Partido Narcisista. Talvez seja o que vos fica melhor neste caso em particular.

Mas devo lembrar, Srs. Deputados, ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, agradeço que termine. Muito obrigado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Devo lembrar, Srs. Deputados, que em 15 de abril de 2010, foi aprovado nesta Assembleia, por unanimidade, um Projeto de Resolução da autoria do CDS que recomendava “ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para que sejam instalados radares meteorológicos capazes de assegurar a cobertura integral da Região Autónoma dos Açores”. Em 2010!

Deputado José San-Bento (PS): Está no orçamento.

O Orador: Em abril.

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor esteve lá no Governo 4 anos e o que é que fez?

O Orador: Em 22 de julho de 2010 ...

Presidente: Sr. Deputado, eu agradeço que termine.

O Orador: Sr. Presidente, se não me deixam terminar... Eu vou terminar, mas é preciso que aqueles senhores... Eu percebo que os incomode.

Deputado Francisco César (PS): Não incomoda nada!

Presidente: Eu já estou a ser tolerante em relação ao tempo.

O Orador: Em 2010, da autoria do vosso Governo Socialista, em julho a mesma coisa.

Em 2013, uma anteproposta para pronúncia própria desta Assembleia também não se cumpriu.

Portanto, os senhores vêm aqui, ainda por fim ao autoelogio a dizer que...

Deputado Francisco César (PS): Não é autoelogio, é elogio ao Governo da República!

O Orador: ... estamos no novo ciclo do desenvolvimento dos Açores: isto inicia o novo ciclo de desenvolvimento dos Açores, o Orçamento de Estado.

Portanto, isto é absolutamente inacreditável, é um desprestígio para esta Casa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... é o narcisismo absoluto. É uma vergonha este voto apresentado nesta Casa.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, obrigado.

O Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Uma interpelação à Mesa, se me permite, Sr. Presidente?

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Informava a Mesa no sentido de lhe transmitir que o Partido Socialista vai fazer chegar à Mesa, para distribuição por todas as Sras. e Srs. Deputados, um Voto de Protesto do Partido Social Democrata, em 2006, contra o Orçamento de Estado...

Deputado Francisco César (PS): Instrumentalização!

O Orador: ... por ser um mau exemplo do cumprimento das obrigações do Estado para com as regiões autónomas.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, a instrumentalização começou com o PSD em 2006, não começou connosco agora.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é uma interpelação!?

Presidente: Sr. Deputado, a interpelação à Mesa.

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: A Mesa fará distribuir o documento em causa.

Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva. Obrigado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sabrina Furtado, eu sei que está cá há pouco tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olha quem fala!

O Orador: Eu estou há pouco mais, mas é preciso ter memória e a verdade é que esta proposta de Orçamento cumpre na íntegra a Lei das Finanças Regionais, o que nem sempre foi cumprido pelo PSD e pelo CDS. Isso deve ser realçado.

Também é um facto que esta proposta de Orçamento contempla um valor das transferências para a Região de 285 milhões de euros. Sabe quanto é que era em 2015? 252!

Isso reflete um aumento de 33 milhões de euros para os Açores e esse aumento não é bom? Eu não percebo o incómodo, sinceramente.

Deputado Paulo Parece (PSD): Puseram-no a ler esse voto. Não se entere mais!

O Orador: Temos um orçamento que apoia as famílias, que apoia a economia regional, que apoia a economia nacional, baseado em contas equilibradas e os Srs. Deputados ficam indignados com isso? É essa a vossa indignação?

Eu também não percebo, Sr. Deputado Paulo Mendes, o vosso incómodo. Os Srs. Deputados são responsáveis pela proposta de Orçamento que está em discussão. São parte integrante e vêm aqui fazer quase um voto de protesto por aquilo que o PS escreve no seu Voto de Congratulação.

Há um pormenor também muito importante.

Sr. Deputado Artur Lima, se tiver algum tempo, gostaria de perguntar o que é que o CDS e o PSD fizeram pelos investimentos que o senhor referiu, quando estiveram no Governo?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É que é fácil criticar. O mais difícil é fazer. A verdade é que o Governo da República liderado pelo Partido Socialista prevê investimentos importantes para os Açores...

Deputado Paulo Parece (PSD): Se o senhor tivesse escrito o voto não teria dito isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem dinheiro!

O Orador: ... e inscreve no Orçamento de Estado.

Eu faço a pergunta: se não tivessem inscritos, provavelmente fariam um voto de protesto, mas como estão inscritos não são importantes. É essa a vossa atitude permanente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Há também aqui um pormenor que deve ser realçado. Eu fico preocupado com a tentativa de censura por parte da oposição sobre aquilo que o PS escreve no seu voto.

Era o que mais faltava, Srs. Deputados. Aquilo que está escrito no voto corresponde à realidade e isso deixa-vos preocupados.

Mas o que é que o Orçamento de Estado traz para os Açores e para Portugal.

Temos um Orçamento de Estado que é bom para as famílias, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! Não tem dinheiro!

O Orador: ... é bom para a economia, é bom para os Açores e é bom para Portugal. E porquê? Baseia-se em contas equilibradas, menos dívida, menos défice, prevê um aumento das pensões, o aumento do abono da família, um aumento dos salários, um aumento do emprego, uma redução do desemprego,

um crescimento da economia de forma inclusiva e sustentada, reduz o IRS em 1000 milhões de euros, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): A gerigonça pode não aprovar!

O Orador: ... aumenta o investimento público na saúde e na educação, entre outros aspetos. E o que é que os senhores dizem? Dizem que é um orçamento que é mau para Portugal, é mau para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está enganado!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ninguém disse isso! O senhor não leia tudo o que lhe metem à frente!

O Orador: A vossa atitude demonstra isso: estão contra o Orçamento, estão contra o desenvolvimento dos Açores e estão contra o desenvolvimento da economia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, para informar a câmara que vamos entregar na Mesa o voto que foi referido pelo Sr. Deputado André Bradford, mas inclusivamente tendo a data de 26 de janeiro de 2006, em que o Orçamento de Estado já tinha entrado em vigor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado.

A Mesa fará também a distribuição do referido documento.

Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A bancada do Partido Socialista, ao contrário do que está previsto no Regimento, estava a manifestar-se durante a votação, eu não ouvi o que o Sr. Presidente estava a transmitir.

Solicito, nestas condições, que repita a votação.

Presidente: Obrigado.

Vamos então repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista, 17 abstenções do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos passar então ao próximo Voto de Congratulação.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Desculpe. Faça favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero realizar esta declaração de voto para que fique bem explícito e fique registado por que é que a Representação Parlamentar do PPM vota contra.

Estamos a votar contra não por qualquer vantagem que se tenha conseguido alcançar no âmbito das negociações em relação ao Orçamento do Estado e das vantagens que possam ter ocorrido para a Região Autónoma dos Açores e de outras que sendo necessárias não lá estão inscritas, mas a questão tem sobretudo a ver também com o teor do voto.

O teor do voto pretendia sobretudo provocar a humilhação dos outros partidos políticos da oposição nesta câmara.

Deputado Francisco César (PS): Nem nos referimos a eles!

O Orador: Era um exercício de narcisismo, como aqui bem foi referenciado, que é completamente inaceitável nesta Câmara, pela total ausência de autocritica que caracteriza o funcionamento de uma democracia avançada.

Também pelo facto de além de significar esta oposição em relação aos partidos da oposição de centro de direito, por exemplo, em relação aos partidos de esquerda, os parceiros que possibilitam que o orçamento possa ser aprovado em Lisboa, também a humilhação a que são submetidos partidos como o Bloco de Esquerda e o PCP, que V. Exas. quiseram humilhar no âmbito deste voto. São partidos que nós valorizamos no âmbito daquele que é o diálogo democrático.

Por isso considero que nestas condições não poderíamos votar a favor, porque este voto desprezava a oposição, tentava a humilhação da oposição, desprezava representantes na Assembleia da República que foram eleitos pelo povo açoriano e que estão mandatados, como os deputados eleitos pelo Partido Socialista e fundamentalmente constituía um exercício de narcisismo absolutamente inaceitável.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas votaram contra!

O Orador: Não é assim que se constrói a democracia nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se relativamente a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque entendemos que não devíamos compactuar com aquilo que é um exemplo de um puro exercício de narcisismo político.

Não só por isso, como também porque é um voto que exorta àquele que é o cumprimento de ditames da União Europeia e que impõe constrangimentos orçamentais que são sempre muito flexíveis para os mercados, mas sempre muito inflexíveis para com as pessoas.

Além do mais, também nos abstivemos porque este voto também vai além daquilo que é o Orçamento de Estado. Este voto também é uma forma de autoelogio e mais uma vez de exercício de puro narcisismo, porque faria com que a oposição tivesse que apoiar aquele que é um novo ciclo de desenvolvimento que se vive nos Açores.

Pelo menos para nós, Bloco de Esquerda, esse novo ciclo só tem um significado: esse novo ciclo não é mais do que iniciar uma nova era de privatizações e assim de transferência da riqueza dos cofres da Região para grandes grupos privados.

Dessa forma, esse novo ciclo acaba por não ser mais do que um expediente para aumentar as desigualdades sociais nos Açores e também a pobreza.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista sai com convicção reforçada deste debate que acabámos de fazer a propósito da boa proposta de Orçamento de Estado que temos este ano, fruto da solução governativa que temos na República, que inclui o Partido Socialista e como se sabe o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda e do PCP, sem complexos, sem nenhum tipo de problemas, reconhecendo que essa forma de cooperação política tem sido fundamental para se inverter uma forma de governar que prejudicou o país, prejudicou a Região durante quatro anos, não melhorou os índices económicos do país, dificultou a vida aos portugueses e tem sido essa solução governativa que nós partilhamos que tem permitido inverter o rumo e fazer um Orçamento de Estado que corresponde às aspirações dos açorianos.

Nós nesta Casa tivemos que ouvir ano após ano, quando os senhores achavam que o Orçamento de Estado não correspondia às pretensões dos açorianos, e agora que corresponde não podemos dizer que o Orçamento de Estado corresponde às pretensões dos açorianos. Que raio de democracia é essa?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Que raio de noção de democracia têm os senhores que os senhores podem criticar ano após ano e depois quando as coisas estão concretizadas, quando as coisas se vão fazer em prol dos açorianos que nós serviços e representamos, os senhores ficam incomodados, os senhores não gostam, os senhores não querem dar o direito ao PS de se congratular por poder corresponder às aspirações de desenvolvimento dos açorianos e dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Connosco não contem para isso. Este voto será sempre seguido de outros votos que permitam celebrar as conquistas dos Açores, as conquistas dos açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O PS pode congratular-se. A Assembleia é que não se deve pronunciar.

O Orador: Não vos agrada partidariamente, mas devia-vos agradecer como representantes do povo açoriano.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata absteve-se neste Voto de Congratulação porque não passa de um Voto de Congratulação ou de uma carta de intenções que tem inscrições repetidas ano após ano e estaremos sempre de acordo quando houver alguma medida concreta que não seja só uma carta de intenções que ilude, mas não concretiza e sempre a bem dos Açores e dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O CDS votou contra, convictamente, este Voto de Congratulação pelo Partido Socialista, que adquiriu aqui a sua forma narcisista e votou contra...

Deputado Carlos Silva (PS): Contra os açorianos!

O Orador: ... porque este seria talvez um bom comunicado do Partido Socialista, uma boa conferência de imprensa do Partido Socialista que teria toda a legitimidade e o direito de o fazer e devia-o ter feito.

Votamos contra, porque além de ser um conjunto de promessas, de palavra dada, mas não concretizada, de ser constar promessas ou obras, mas não tem a verba, portanto não podemos aprovar, mas também pelo exercício de auto elogio que vem no fim deste voto em que... Não é só o Orçamento de Estado que está aqui em causa, não só e apenas! Repare-se no último parágrafo deste voto:

“Estas são, apenas, mais algumas evidências que confirmam o **novo Ciclo de Desenvolvimento que se vive nos Açores! Um desenvolvimento que resulta da estratégia e do bom trabalho do Governo Regional, feito pelos Açores e com os Açorianos.**”

Então, e os empresários dos Açores onde é que estão?

Deputado Francisco César (PS): E os açorianos quem são?

O Orador: E aqueles que trabalham todos os dias onde é que estão?

É o autoelogio ao Partido Socialista. Fica-vos mal. É mais um motivo para votar contra.

Aproveitaram o Orçamento de Estado para se autoelogiarem.

É fraco para não dizer que roça um bocadinho o ridículo nessa matéria.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, é preciso dinheiro, é preciso verba. Mas há uma coisa, há uma coisa que é interessante: é que os senhores reconheceram pela primeira vez o interesse nacional da descontaminação da Ilha Terceira.

Deputado André Bradford (PS): Só por isso devia ter votado a favor!

O Orador: É esse interesse nacional que infelizmente nos Açores os senhores não reconhecem e apoiam tiranos e ditadores que perseguem pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar e o Partido Socialista nos Açores que apoia e persegue pessoas. E os senhores apoiam e promovem em ações de propaganda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Creio que sim, agora podemos passar à leitura do próximo Voto de Congratulação, Gonçalo Silva, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Gonçalo Silva

Decorreu de 15 a 23 de setembro em Veneza – Itália, o Campeonato do Mundo de Kickboxing – Cadetes e Juniores, organizado pela WAKO (World Association of Kickboxing Organization), a mais reconhecida Federação de Kickboxing do mundo.

A representar o nosso país, e com muito orgulho para a nossa Região, esteve Gonçalo Silva, um jovem atleta dos Arrifes Kickboxing Clube.

Apesar de ter apenas 16 anos, o Gonçalo possui um currículo desportivo invejável, tendo já conquistado vários campeonatos regionais, nacionais e internacionais, sendo um dos mais promissores atletas regionais e mesmo nacionais da modalidade.

Naquela importante competição classificou-se em 3.º lugar, obtendo a medalha de bronze, ficando na história como o primeiro açoriano a subir ao pódio num campeonato da WAKO.

Este foi mais um dos pontos altos do Arrifes Kickboxing Clube, que se tem destacado tanto a nível nacional como internacional. Neste campeonato estiveram presentes 3.700 atletas, representando 65 países.

Gonçalo Carvalho da Silva, a residir atualmente em São Pedro (Ponta Delgada) e frequentando a Escola Secundária Domingos Rebelo, é filho de Nilton Botelho da Silva (seu treinador e Presidente do Clube) e de Lígia Rebelo da Silva.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela brilhante classificação do jovem Gonçalo Silva, do qual deve ser dado conhecimento ao atleta e ao seu Clube.

Horta, Sala das Sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, Duarte Freitas, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação ao jovem Gonçalo Silva e associa-se essencialmente e, em primeiro lugar, pela valorização do percurso pessoal e desportistas deste mesmo jovem.

Em segundo lugar, porque esta ação deste jovem potencia aquilo que nós entendemos como a prática de qualidade de vida no âmbito no desporto.

E, em terceiro lugar, porque representa e reconhece os Açores como este destino de onde este jovem é originário.

Portanto nós associamo-nos a este Voto de Congratulação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo Voto de Congratulação – “Participação das empresas açorianas Lavaimagem e RedCat Pig Studio na Web Summit 2018”, iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Participação das empresas açorianas Lavaimagem e RedCat Pig Studio na
Web Summit 2018**

As empresas açorianas Lavaimagem e Red Cat Pig Studio irão participar na edição deste ano da Web Summit, considerada uma das maiores conferências mundiais de empreendedorismo, tecnologia e inovação.

As empresas em questão, originárias das ilhas do Pico e da Terceira, respetivamente, foram duas das cerca de 147 *start-ups* a serem selecionadas pela *Start-Up* Portugal para o programa *Alpha*.

A Web Summit é um evento internacional, realizado anualmente desde 2009, cujo tema se centra na tecnologia da internet e cujos participantes vão desde empresas da Fortune 500 até às pequenas empresas de tecnologia. Na conferência deste ano, a acontecer na cidade de Lisboa, esperam-se mais de 50 mil participantes de mais de 160 países, incluindo mais de 20 mil empresas.

A Lavaimagem e a Red Cat Pig estarão presentes com uma banca para exposição e com acesso direto a potenciais mentores e investidores, dando a conhecer ao mundo as suas empresas e os seus produtos.

A Lavaimagem, uma agência criativa, concentrada em desenvolver soluções web/cloud e com atuação nas áreas da engenharia, design e marketing, irá apresentar a plataforma *Inside*, um produto único no mundo, que permite melhorar o workflow processual das empresas, aumentando a respetiva produtividade e ganhos.

A Red Cat Pig, uma empresa de videojogos, considerada pela Eurogamer – a maior edição digital do mundo – como um dos oito melhores projetos nacionais desenvolvidos este ano, apresentará o jogo KEO, um Multiplayer Online Battle Arena. Uma *startup* da incubadora de empresas Startup Angra, que faz parte da Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, gerida pela SDEA, que desta forma dá cumprimento à sua missão de apoiar as incubadoras presentes na rede, promovendo e facilitando o acesso das *startups* a iniciativas que têm um reconhecido impacto no fomento do empreendedorismo, como é o caso do Web Summit.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o Voto de Congratulação pela participação das empresas açorianas Lavaimagem e Red Cat Pig Studio na Web Summit 2018, em reconhecimento do exemplo e qualidade do trabalho desenvolvido por estas empresas, em reconhecimento do seu importante contributo para a promoção e prestígio internacional da nossa região e em reconhecimento do inquestionável espírito empreendedor dos jovens açorianos. Do presente voto deve ser dado conhecimento às respetivas empresas e seus colaboradores, à Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores, ao Governo dos Açores e à organização da WebSummit 2018.

Horta, Sala de Sessões, 18 de outubro de 2018.

Os Deputados, Marta Matos, André Bradford, Francisco César, Mário Tomé, Maria Isabel Quinto e Mónica Rocha

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras são de cumprimento à minha querida amiga pela sua primeira intervenção aqui, desejando uma boa prestação ao serviço do Pico e dos açorianos.

Dar nota de que naturalmente o Grupo Parlamentar do PSD se vai associar a este voto que representa bem aquilo que a juventude açoriana é capaz de fazer.

É bom não esquecer que no caso da Lavaimagem e do seu proprietário Rui Veríssimo, já há alguns anos venceu um campeonato internacional de profissões, que tem vindo a desenvolver nesse aspeto (permitam-me falar mais, porque também é um vizinho e um amigo) um trabalho extraordinário, que já

teve inclusivamente serviço prestado para empresas de silicone valley e está de facto no topo daquilo que são as novas tecnologias nos Açores.

Mas permitam-me também fazer duas outras referências:

A primeira delas relativamente a uma iniciativa que o PSD teve aqui e que pode também ajudar a contribuir para o desenvolvimento de novas *startups* e para as novas tecnologias nos Açores.

Refere-se à proposta que fizemos de criação de ninhos de empresa concelhios, uma rede municipal de linhas de empresas por todos os Açores e que, felizmente, já muitas câmaras municipais estão a desenvolver e com isso poderão dar mais um passo naquilo que é o potenciar da capacidade dos nossos jovens nestas áreas em concreto

Termino dizendo aquilo que defendo há muito: é nas novas tecnologias que os Açores, como aqui se prova, devem ter uma aposta muito forte. É através das novas tecnologias que a teoria Nemesiana de que a geografia vale quase tanto como a história, há uma disrupção nessa teoria, porque através das novas tecnologias nós estamos no centro do mundo. Não há distância, não há custos e através da nossa juventude e das novas tecnologias os Açores ficam aqui com mais uma capacidade para competirem no mundo global, deixando também de ter desculpas pela distância.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos encerrar o nosso período matinal de trabalhos.

Regressamos às 15h00. Bom almoço.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Peço aos Srs. Deputados para assumirem os seus lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos então dar início à nossa Agenda com o ponto 9 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XI – “Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2019 a 2022”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentação do diploma.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional surge na sequência de uma calendarização definida no âmbito da Lei de Finanças Regionais, que estipula a apresentação até 30 de maio no Quadro Plurianual de investimentos, tendo em conta que nós também o fazemos no âmbito do Orçamento da Região.

Eu penso que essa matéria é uma matéria, como já foi debatida em Comissão que provavelmente foi um erro da própria lógica da Lei de Finanças Regionais, tendo em conta que o Estado apresenta esse Quadro no âmbito do Orçamento de Estado, nós apresentamos esse Quadro, enquadrado no Orçamento da Região, portanto a meio do ano voltar a fazer um Quadro entre dois Quadros, não me parece que seja um mecanismo que tenha alguma relevância, ainda mais que este Quadro agora a debater será revogado pelo Quadro que irá ser entregue na Assembleia, no final deste mês, no âmbito do próprio Orçamento da Região.

Trata-se por isso de cumprir uma recomendação do Tribunal de Contas nesse sentido, uma norma que está na Lei de Finanças Regionais, mas penso que

numa próxima Lei de Finanças Regionais, essa norma deve ser revista, adequando para evitar a duplicação de Quadros, porque o que faz sentido e no enquadramento do Quadro Plurianual é ser feito com o Orçamento da Região, como nós fazemos e como o Estado faz e não haver um também intermédio, a meio do ano, do qual não representa alterações e que sendo discutido agora no mês de outubro, vai ser revogado no próximo mês ou atualizado pelo novo Quadro que será incluído na proposta do Orçamento que vamos apresentar na Assembleia até o último dia deste mês.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Já temos inscritos, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Vasco.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós subscrevemos parte do que disse o Sr. Vice-Presidente, ou seja, em maio não faz muito sentido a entrega deste Quadro, quando obrigatoriamente depois juntamente com o Orçamento deve ser novamente entregue, portanto nessa matéria estaremos de acordo.

Mas em concreto e enquanto é obrigatória a sua apresentação, nós não podemos deixar de, relativamente ao Quadro que está em discussão aqui à proposta que é apresentada, mencionar algumas críticas, nomeadamente quanto à insuficiência de informação que o Quadro contém, apesar da sua audição na Comissão de Economia, nomeadamente não há qualquer justificação para as verbas que são apresentadas, que são praticamente idênticas em cada um dos quatro anos, tirando uma situação pontual, no caso da Secretaria das Obras Públicas e Transportes, e por outro lado não só para este Quadro, quer seja em maio, quer seja em outubro, quer ainda na proposta do Orçamento, o acompanhamento de informação macroeconómica que persistentemente não acompanha nenhuma das propostas do Orçamento da Região e que entendemos tal como acontece

para o Orçamento de Estado, que seria relevante um quadro macroeconómico, ainda que não com o desenvolvimento do que acontece a nível nacional, mas naquilo que são as variáveis disponíveis na Região, seria fundamental que na avaliação da proposta de Orçamento, essa matéria fosse apresentada.

De qualquer maneira, relativamente à presente proposta o voto do PSD é de abstenção, tendo em conta as condicionantes que mencionei.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS tem também dúvidas em relação à Proposta de Decreto Legislativo Regional, tem preocupações em relação a esta matéria como já foram aqui referidas e também de acordo com aquilo que é evidenciado por parceiros sociais, a verdade é que não há nesta proposta qualquer explicação ou fundamentação do que quer que seja, é apresentado um Quadro com verbas desagregadas por áreas orgânicas, no fundo por secretarias e mais nada.

Não se consegue perceber a origem ou o fundamento para nenhuma destas verbas, não sabemos se o que é apresentado no Quadro Plurianual de Programação Orçamental está ou não em consonância com os limites e com os objetivos estabelecidos no Plano de Estabilidade e Crescimento, tal como previsto no art.º 20.º, da Lei das Finanças das Regiões Autónomas; não há uma desagregação por agrupamentos de programas, como devia; também não sabemos se o Quadro Plurianual tem em conta as perspetivas macroeconómicas apreciadas e discutidas pelo conselho de acompanhamento das políticas financeiras, tal como previsto no art.º 17.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, portanto no entendimento do CDS não está vertida nesta Proposta de DLR, a necessária fundamentação, nem tão pouco sabemos se são

respeitados os preceitos legais para que possamos fazer uma apreciação segura do diploma.

De facto, não fica claro o que é que estamos a discutir e o que é que vamos votar, com base em quê, suportado em quê e de que forma.

Portanto, eram estas algumas das questões que no entender do CDS convinha serem esclarecidas, por parte do Governo Regional, relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Nós em coerência devemos votar contra esta proposta porque é um instrumento orçamental que aqui apresenta e esse instrumento orçamental consigna aquelas que são opções políticas, como é normal.

Este Quadro Plurianual reflete em parte aquelas que são as orientações a médio prazo entre 2017 e 2020, certamente que deve refletir isso nesse Quadro Plurianual.

Portanto, como nós BE à época votámos contra as orientações a médio prazo 2017/2020, em coerência teremos de votar também contra este Quadro Plurianual.

Disse em parte porque é claro que os períodos temporais não são coincidentes e aliás é a segunda observação que eu faço, tem a ver com o período temporal deste Quadro Plurianual.

O Sr. Vice-Presidente teve ocasião de expressar a sua estranheza para com este instrumento orçamental, dizendo que não faz muito sentido é lógico, aliás será até revogado futuramente, portanto o que nós acrescentamos a essas críticas é que além de inócuo é também uma aberração, uma aberração em termos

democráticos. Isto porquê? Porque pressupõe um período que vai para além desta Legislatura, portanto acaba por orçamentalmente, e por essa via também politicamente, por condicionar o futuro e o futuro aqui vai para além desta Legislatura.

Ora, nós não podemos estar aqui de certa forma a condicionar aquele que poderá ser, será de certeza o próximo Governo. Não sabemos quais são as opções políticas do próximo Governo, por isso mesmo achamos que votar favoravelmente esta proposta, por paradoxal que possa parecer, é também um exercício antidemocrático, por isso mesmo votaremos contra esta proposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, começo por si.

A proposta que está aqui em discussão está nos mesmos moldes do que a que consta da proposta de Orçamento de Estado para 2019 e abrange o período de 2019 a 2022 e não vi o BE indignado na República, nem a votar contra, mas era só um pormenor que era importante realçar.

Da nossa parte e da parte do PS o que é importante aqui referir é que apesar de não concordarmos com a apresentação na data, até 31 de maio, uma vez que será revogado e atualizado com o Orçamento para 2019, a verdade é que o Governo evidencia aqui que cumpre a lei e que acata uma recomendação do Tribunal de Contas.

Nós não devemos só ter em conta o Tribunal de Contas quando ele critica ou não concorda com aquilo que o Governo faz, mas também o contrário é importante realçar, quando o Governo cumpre e acata as recomendações também devemos vincar e realçar esse aspeto. Isso é importante ser tido em conta.

Além disso na Comissão o Sr. Vice-Presidente explicou algumas variações que eram vertidas no documento, evidenciando o que é que eram despesas de funcionamento e despesas de plano. É verdade que o Quadro poderá ter mais informação, mas ele cumpre aquilo que está disposto na lei, portanto não vejo qual é que é o problema por cumprir a lei uma vez mais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Da nossa parte realçar que o Governo cumpre a lei e apresenta de forma clara e transparente, informação financeira e presta contas sempre que é importante, de forma a cumprir a lei.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, penso que a síntese está feita de todas as posições, evidentemente que nós temos que ter consciência de que, penso que concordamos todos que se trata aqui de uma questão que não foi bem redigida na Lei de Finanças Regionais, ou seja, este Quadro deve ser como nós o fazemos também, incluído no Orçamento da Região, como o Estado faz, exatamente com o mesmo Quadro no Orçamento de Estado, porque é aí que tem um enquadramento macroeconómico, enquadramento financeiro e todo o enquadramento onde este Quadro está.

Por alguma razão, que eu não consegui perceber, na redação da lei ficou esse Quadro em maio, o que faz duplicar o Quadro e que na prática o que faz é que este Quadro que estamos aqui a analisar será revogado com a proposta daqui a 15 dias, ou seja, não terá em termos práticos nenhuma eficácia prática porque o novo Quadro a aprovar no âmbito do Decreto Legislativo Regional do

Orçamento da Região, revoga este Quadro, portanto é um pouco como alguém disse aqui, uma discussão pouco inócua dessa matéria.

Acho que temos que numa próxima revisão da Lei de Finanças Regionais passar a data desse Quadro para a data do Orçamento da Região, como é para o Orçamento de Estado.

Uma outra questão, o Quadro é exatamente igual ao Quadro que o Estado constrói. Por que é que é quatro anos? Porque é assim que determina a lei, nós estamos a cumprir a lei que é fazer o Quadro para quatro anos, mas também que fique claro que esse é um Quadro de previsão, não condiciona o futuro, aliás como se demonstra por este próprio Quadro que pode ser sempre alterado em sede de Decreto Legislativo Regional e é todos os anos alterado e ajustado em sede de Orçamento da Região para cada ano, portanto a lei prevê que se faça essa previsão a quatro anos, mas dessa previsão não há aqui nenhum condicionamento além do debate político que possa haver entre as prioridades das áreas, não há nenhum condicionamento futuro com este Quadro porque é um Quadro apenas provisional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste debate sobre o **quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2019 a 2022**, queremos reafirmar a necessidade, o compromisso e a prioridade de intervir política e institucionalmente por parte do PCP, sobre as questões do emprego com direitos, do combate à precariedade laboral, do combate à pobreza e à exclusão social, da valorização salarial, dos rendimentos das famílias, dos complementos regionais da coesão, de justiça e desagravamento fiscal, de dinamização do mercado interno, da fiscalidade e dos serviços públicos de qualidade.

Contribuindo, assim, para a revitalização da economia regional, particularmente do seu sector produtivo, e para a diminuição da sua dependência externa.

Não podemos deixar de lamentar, a rejeição por parte do partido que suporta o Governo Regional, de propostas do PCP Açores tão relevantes como:

O aumento do complemento regional ao salário mínimo;

O aumento do complemento de pensão, do abono de família e da remuneração complementar;

A eliminação das taxas moderadoras;

A distribuição gratuita dos manuais escolares colocando os alunos da Região em desigualdade perante o resto do País

A redução do preço da electricidade, a redução da taxa mais elevada do IVA, a par de múltiplas obras e medidas necessárias ao desenvolvimento de cada uma das ilhas e da Região no seu conjunto.

Esta atitude é bem elucidativa do desconhecimento dos problemas sentidos pelos açorianos, da falta de abertura que caracteriza o PS e da sua teimosia em persistir em políticas erradas cujos resultados são Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da análise que fazemos sobre as propostas do **quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2019 a 2022** resulta que verificamos tratar-se de documentos que dão suporte a uma política de mera continuidade, sem ideias novas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... nem inversões nas suas medidas mais gravosas, de cuja aplicação resultará forçosamente o agravamento da situação económica e social dos açorianos.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor conclui isso tudo através do quadro!

O Orador: Uma política que se traduz numa economia anémica e dependente dos apoios públicos diretos, uma taxa real de desemprego e exclusão elevada, como elevada é a precariedade laboral, o trabalho informal e ilegal e os baixos rendimentos do trabalho, bem assim como profundas assimetrias ao desenvolvimento intraregional.

Infelizmente os indicadores sociais e económicos conhecidos colocam a Região nos lugares da cauda do desenvolvimento. Exemplo disso é que somos a Região do País com menor poder de compra per capita, isto como resultado dos erros nas opções políticas e económicas do PS e do seu governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Vejamos o caso do desemprego que, segundo as estatísticas oficiais, tem vindo a baixar, o que para nós, PCP é positivo, contudo, importa perceber a que se deve esta diminuição na taxa de desemprego nas estatísticas de emprego.

Verificamos que não são contabilizados os cidadãos desempregados que beneficiam de um programa ocupacional ou estágio e, claro, nem aqueles que por via do desemprego se viram forçados a emigrarem.

Verificamos que por outro lado muito dos novos contratos são a tempo parcial (com contratos precários), sendo também importante ter em consideração o aumento das atividades sazonais.

Finalmente verificamos facilmente que a melhoria registada resulta do impacto positivo na Região das medidas nacionais de devolução de rendimentos e reposição de direitos aos trabalhadores e à população e não das medidas de emprego da Região.

Vejamos agora a pobreza e a taxa de risco de pobreza e exclusão social que são, como se sabe, das mais elevadas do País e isso nem o Governo nem o PS Açores têm como negá-lo.

Negam, isso sim qualquer solução que combata as causas que lhe estão na origem e que estão devidamente identificadas em diferentes estudos.

Os baixos rendimentos do trabalho e a qualidade do trabalho que são as principais causas da pobreza nos Açores,

A baixa formação académica e profissional da população, que, tal como os baixos rendimentos e a elevada precariedade, contribuem também para que um alargado segmento da população açoriana se perpetue num ciclo de pobreza sem fim, ou em elevado risco de passar a baixo do limiar da pobreza, sobretudo as crianças, jovens e idosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PCP o **quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2019 a 2022** deve ter como principais preocupações a coesão, os rendimentos do trabalho, a saúde, a educação, a economia regional, o mercado interno, a pobreza, a exclusão, as dependências, os transportes marítimos, aéreos e terrestres, as dificuldades na pesca e na agricultura, as dificuldades na indústria transformadora, a necessária diversificação e aumento da produção regional, a formação profissional de ativos, os impactos ambientais, as políticas de gestão de resíduos.

Estes devem ser na nossa ótica os compromissos para se contribuir para melhorar a vida dos açorianos, aliviar as suas dificuldades, tendo como rumo prioritário reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores. Para nós é isto que é essencial e é isto que nós defendemos.

O que verificamos é contudo um quadro desastroso, de desvalorização dos sectores produtivos, agravado pela crescente pressão sobre o emprego e, acima de tudo, sobre os trabalhadores e os seus direitos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor viu isso?

O Orador: Os salários sofreram uma profunda retração, generalizando-se o salário mínimo para cada vez mais postos de trabalho, acentuando-se a enorme desigualdade salarial entre homens e mulheres, sendo os Açores, a região do país com a média salarial mais baixa.

São cada vez mais os açorianos que não têm outra alternativa senão emigrar, nomeadamente os mais jovens.

Apesar de não haver estatísticas de emigração disponíveis, é visível, contudo, que a população total em muitas ilhas diminuiu, o que, em alguns casos, é muito preocupante, porque poderá levar ao seu gradual despovoamento.

A pobreza nos Açores assume uma dimensão sem paralelo no país, assentando não apenas no índice de desempregados, mas essencialmente nos baixíssimos salários e na precariedade laboral.

Para nós, PCP/Açores melhorar a vida dos açorianos, aliviar as suas dificuldades, não é apenas justo como também o único rumo para reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores. Essa é a nossa prioridade política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque assim é e para fazer face à grave crise social e económica que os Açores atravessam e para combater a pobreza e a exclusão social, o PCP irá propor ou melhor dizendo voltar a propor neste Parlamento Regional um conjunto de medidas urgentes que em nosso entender são essenciais para, no imediato, melhorar os rendimentos dos açorianos, combater a precariedade, relançar a geração de riqueza e a criação de emprego, nomeadamente:

- 1- Aumento do Salário Mínimo e do acréscimo regional de 5% para 7,5%;**
- 2- Aumento da Remuneração Complementar em 15%;**
- 3- Combate ao trabalho precário e abuso de programas ocupacionais;**

- 4- **Redução do preço da tarifa da eletricidade para as famílias e para as micro, pequenas e médias empresas (MPME)**
- 5- **Eliminação das taxas moderadoras na saúde;**
- 6- **Redução da taxa mais alta do IVA;**
- 7- **Manuais escolares gratuitos;**
- 8- **Viabilização e modernização do setor produtivo;**
- 9- **Aumento do Complemento Regional de Pensão e do Abono de Família;**
- 10- **Reforço e adequação da frota da Sata e não privatização desta empresa estratégica para os Açores;**
- 11- **Melhorar o escoamento do pescado para aumentar rendimento dos pescadores**

Disse

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e Membros do Governo:

Não podia deixar de pronunciar-me sobre um Quadro tão importante como este que é apresentado agora neste Parlamento.

Deputado Francisco Coelho (PS): Poder podia, mas a gente ia sentir falta!

O Orador: Devo dizer que concordo com a abordagem que o PCP fez, que é uma abordagem orgânica, portanto discutindo de facto as políticas que explicam os valores que aqui estão. Referiu setores sociais, obviamente quando se diz que se vai gastar 65 milhões em 2019, em 2020 a mesma verba na área da Secretaria Regional da Solidariedade Social e depois também até 2022 ...

Deputado Carlos Silva (PS): E na Educação?

O Orador: ... essa mesma despesa, é evidente que as questões sociais que V. Exa. muito bem referenciou, é aquilo que explica estes números, é a forma de analisar estes números.

Portanto, é evidente que estes valores representam políticas que são ou não são desenvolvidas, é por exemplo lícito, como V. Exa. muito bem referenciou dizer que há uma estagnação do ponto de vista das políticas sociais, porque as despesas não aumentam. Isto acontece num momento em que há um plano de combate à pobreza e veja-se bem que é um plano de combate à pobreza e as despesas no âmbito desta Secretaria não aumentam, o que tem o seu significado político, Sr. Deputado, tem toda a razão quando fez uma abordagem mais específica que causou algum descontentamento da bancada do PS, que gostaria que o debate fosse feito nas nuvens e não nas políticas reais que interessam de facto às pessoas.

Devo dizer também, olhando para este Quadro e levo muito a sério este Quadro, levo muito a sério esta programação, gostava de colocar algumas questões ao Sr. Vice-Presidente, nomeadamente o que verificamos é que do ponto de vista do que diz respeito ao aumento das receitas praticamente metade da evolução das despesas, do acréscimo das despesas, que se registam nalgumas áreas, essa percentagem é 50% da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura, que sofre um acréscimo de 321 para 339 milhões de euros, Sr. Vice-Primeiro Ministro.

(Aparte inaudível)

O Orador: Não é ofensivo, era uma promoção, passava de Vice-Presidente do Governo, para Vice-Primeiro Ministro. Eu acho que o Sr. Vice-Presidente, tem toda a capacidade para poder ocupar um dia esse lugar, depende das respostas que me der agora neste momento.

Sr. Secretário, vamos então analisar um pouco mais pormenorizadamente estes números:

Secretaria Regional de Educação e Cultura: 321 milhões em 2019; em 2020 o senhor prevê que vamos ter uma despesa de 329 milhões, o que significa um aumento de 8 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Quando a esmola é grande o santo desconfia!

O Orador: Bom, o senhor disse na Comissão que isto são salários, é o aumento dos salários.

Então o senhor fez uma previsão do aumento dos salários, com certeza com grande rigor do ponto de vista dos números, portanto o que lhe pergunto é: então em termos de recuperação de tempo de serviço dos professores, qual foi o valor que V. Exa. calculou?

Muito obrigado.

Para já é esta pergunta.

Deputado Carlos Silva (*PS*): E em 2022?

Deputado Francisco César (*PS*): Essa conversa toda foi só para dizer isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar que a resposta corresponda às suas expetativas, mas o facto é que nós estamos aqui, como referi, a analisar um documento intercalar, que foi entregue na Assembleia em maio e que vai ser revisto e atualizado no final deste mês, no âmbito da entrega do Orçamento da Região para o próximo ano, da proposta de Orçamento da Região, debatido aqui e aprovado um outro Quadro na próxima sessão legislativa e penso que da nossa posição entre o período em que este foi apresentado em maio e aquilo que estamos hoje, com

certeza que as suas perguntas terão respostas muito mais atualizadas, não em função a este Quadro, mas ao Quadro que no final deste mês apresentaremos a esta Assembleia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, começo a ficar desiludido com V. Exa., começo a ficar desiludido com a resposta de V. Exa.

Então este Quadro não significa nada?

Eu digo-lhe, como profissional desta área também, fiquei com alguma expectativa da área da Educação, Secretaria Regional da Educação e Cultura: 2019, 321 milhões; 2022, 339 milhões, um acréscimo de 18 milhões.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso também tem investimento! Há escolas para fazer!

O Orador: Como é que estes 18 milhões surgiram? Como é que foram feitas estas contas? Isto não pode ser assim: bom, vamos ver, aqui 3 milhões, é pá, 18 milhões fica bem no papel!

Não, não deve ter sido assim, deve ter sido calculado de acordo com a evolução previsível dos salários e das outras despesas de uma forma racional e lógica.

Portanto, o que eu lhe pergunto é: que me pormenorize o que é que considerou do ponto de vista de tempo de recuperação dos professores em relação a esta evolução de 18 milhões entre 2019 e 2022. É pedir muito? Não é pedir muito, só estou a pedir que me explique os números que V. Exa. quer que eu vote e para que eu possa votar favoravelmente, eu quero que V. Exa. me dê uma resposta plausível, uma resposta lógica. Não é pedir muito, Sr. Vice-Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente reafirmo aquilo que disse.

Esta proposta foi uma proposta entregue nesta Assembleia em maio, a proposta de projeção era na altura a proposta de projeção para os próximos quatro anos, a proposta efetiva de projeção para os próximos quatro anos, resultará daquela que apresentaremos no final deste mês.

O que o Sr. Deputado está a tentar aqui fazer, é reeditar o debate da terça feira, mas da minha parte não vai ter esse contributo para reeditar o debate de terça feira e respondo-lhe aquilo que me foi dito terça feira: esta proposta corresponde exatamente àquilo que foi a posição do Governo, expressa na passada terça feira.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então o senhor está a dizer que isto está completamente desatualizado.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Isso é de maio!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Para o mês que vem vai ser atualizado!

O Orador: V. Exa. apresentou-me o Quadro e na primeira intervenção o que me disse foi: espero que Vs. Exas. votem favoravelmente. Está à espera que a câmara aprove um documento que V. Exa. aqui apresentou.

Deputado André Bradford (*PS*): Não vote!

O Orador: Oiça! Eu tenho dez minutos apenas.

Claro que posso depois perguntar-lhe como é que o senhor justifica a evolução das outras despesas, mas para já estamos concentrados na Secretaria da Educação.

O que eu lhe estou a perguntar é que o senhor me justifique, que me dê elementos ou o senhor quer que eu vote isto assim, sem nada, sem nenhum elemento, assim por uma questão de fé, sem qualquer tipo de informação.

Eu estou a pedir-lhe pormenores, estou a pedir-lhe que me justifique os valores que aqui estão. Como é que justifica a evolução da despesa? Quais são os fatores que estão a ser ponderados? É pedir muito neste Parlamento, pedir que V. Exa. explique a sua própria proposta? Não é pedir muito!

Eu não poderei, Sr. Vice-Presidente, votar a favor uma coisa que não é convenientemente explicada! V. Exa. não explica a evolução destas despesas, portanto se não me explica eu não posso votar favoravelmente, a menos que vote por uma questão de fé, há outros que votam por uma questão de obediência, votam porque são do PS.

Portanto isso chega, é apresentado pelo Governo, voto sim!

Mas conosco aqui na oposição somos um pouco mais exigentes, pedimos que V. Exa. nos explique a sua proposta. Eu só lhe peço que me explique a sua proposta.

Reitero outra vez a questão: explique-me a evolução da despesa neste setor, que é uma evolução muito significativa, 18 milhões entre 2019, 2022. É a última vez que lhe coloco a questão, desisto se V. Exa. não me responder.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que está a surgir é um debate que em parte tem razão, porque precisamente há aqui o problema base deste mapa que é o mapa não é

enquadrado naquilo como deve ser, que deriva do facto do timing da sua apresentação definido na lei, estar desajustado naquilo que é feito no Estado e estar desajustado naquilo que é na Região. A sede correta de discussão deste mapa é no âmbito do Orçamento e do Plano da Região.

É isso que será feito, portanto vamos repetir, eu terei todo o gosto em responder às perguntas todas sobre esse mapa nessa altura, partindo como sabe que este é um mapa que apenas não terá eficácia prática porque será revogado pelo outro que será entregue no fim deste mês na Assembleia.

O que lhe posso dizer é que efetivamente o que este mapa, se quisermos tirar das conclusões globais, é que tem uma projeção de aumento de afetação de recursos absolutos e relativos num setor, na Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, porque nós estamos a falar como referiu a verba em relação à Educação, mas não é da Educação, o que nessa rubrica está são os recursos afetos à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, quer nas componentes de funcionamento, quer nas componentes de investimento, é o somatório destas três áreas e destas duas componentes que está aqui refletido nessa reflexão.

O que lhe posso dizer é que evidentemente este Quadro o que reflete é um aumento da prioridade em termos de afetação de recursos nessa área e na área dos Transportes.

Nos Transportes como tive oportunidade de explicar na Comissão esse Quadro foi feito, tendo em conta o efeito da construção e da variação no investimento da construção do novo navio de ligação inter ilhas e evidentemente sem entrar em discussões de pormenor, qualquer variação remuneratória no âmbito da administração pública, tem um efeito superior no setor da Educação porque o setor da Educação reflete uma parte significativa e substancial dos encargos com despesas com pessoal na administração pública, portanto é essa matéria que reflete conjuntamente com a variação de investimento.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra de novo o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ando às voltas, não me respondeu à questão que lhe coloquei.

Deputado Francisco César (PS): A sério?!

O Orador: Eu quero que o Sr. Vice-Presidente responda.

Eu acho que tenho o direito de lhe perguntar e acho que V. Exa. tem o dever de me responder.

A pergunta que lhe faço é neste quadro da evolução da despesa, qual foi o tempo de recuperação de serviço dos docentes que V. Exa. calculou?

A pergunta é tão simples como essa, é uma das variáveis que explica de certeza a evolução dos dezoito milhões, é uma das variáveis que V. Exa. sabe bem que tem um peso significativo

Deputado Carlos Silva (PS): É o que está previsto na lei!

O Orador: V. Exa. até sabe, estou absolutamente convencido, que V. Exa. sabe bem quanto é que implicaria a despesa inerente à recuperação do serviço do pessoal docente.

Deputado André Bradford (PS): É aí que o senhor quer chegar!

O Orador: V. Exa. oiça, reconheço-lhe a qualidade de já ter feito esses cálculos e sei que V. Exa. sabe. Eu só quero que V. Exa. o diga neste Plenário. Também já agora: qual foi o tempo que foi contabilizado no âmbito destes cálculos proveniente do aumento da despesa provocado pela recuperação de tempo de serviço dos docentes, que estará dependente evidentemente do tempo de recuperação considerado por V. Exa., pelo seu Governo?

A segunda questão é: olhando para este quadro noto que há apenas uma variação de oito milhões, em relação à despesa.

A economia regional está estagnada? A economia regional tem uma evolução ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer fazer a discussão do orçamento agora?

O Orador: Oiça uma coisa. Eu faço apenas a soma dos valores que aqui estão considerados e a evolução e a partir daí ...

Oh, Sr. Deputado, mas quer que eu faça perguntas sobre o quê? Couves e batatas ou sobre a evolução do Quadro, que está sobre discussão?

Apenas dei um exemplo um pouco mais hortícola sobre esta questão.

A questão é a seguinte: eu estou a discutir o Quadro. Há pouco estava a criticar-se o PCP. Eu estou aqui apenas a pedir que me sejam explicados os valores que estão apresentados no Quadro. Não é lícito? Não está dentro do objeto do debate? Está com certeza!

Deputado André Bradford (PS): É aí que o senhor quer chegar!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente sabe que há uma variação marginal da despesa entre 2019 e 2022.

Deputado Carlos Silva (PS): É o que está previsto na lei!

O Orador: Pergunto-lhe: isso significa que temos a supervisão, uma economia regional estagnada nos próximos três anos. Esta é uma evolução que deixa muito a desejar, é ou não é?

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer fazer a discussão do orçamento agora?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, esgotou o seu tempo. Queira terminar por favor.

O Orador: Também lhe deixo essa questão. São duas questões que lhe coloco. Sr. Presidente, fiquei sem tempo? Pronto, não lhe coloco mais questões.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, já lhe respondi à primeira questão e respondo-lhe à segunda.

A primeira questão este mapa reflete a posição apresentada aqui pelo Governo nesta matéria, na passada terça feira. Sobre isso não há quaisquer dúvidas.

Segunda questão, em relação à projeção de valor dos próximos anos, este Quadro é um Quadro Plurianual, a resposta concreta à sua pergunta terá com certeza sobre isso boas notícias quando apresentarmos o Orçamento da Região no último dia deste mês, terá excelentes notícias sobre esta matéria.

Sobre isso quero dizer-lhe que o que nós pretendemos foi fazer um sinal de estabilidade em termos de investimento e de recursos públicos. Foi esse o sinal que quisemos dar sobre esta matéria, a evolução anual e as variações efetivas serão concretizadas e pormenorizadas no Orçamento que vamos apresentar no final deste mês e que irá também ajustar e revogar este Quadro, esse Quadro, aliás até nem vai estar em vigor, o outro irá revogá-lo e essencialmente irá refletir e aí poderemos fazer essa análise mais pormenorizada e global, o debate sobre a questão que colocou, mas sobre essa matéria, essa preocupação penso que terá para a Região boas notícias no Orçamento da Região para o próximo ano, a apresentar na Assembleia a 31 de outubro.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o CDS entrou para esta discussão com um conjunto de dúvidas, nomeadamente ao nível da fundamentação para estas verbas e nomeadamente ao nível do cumprimento dos preceitos legais acerca desta matéria e a verdade é que não vimos estas dúvidas serem dissipadas, portanto

tendo em conta esta insuficiência de informação e tendo também em conta tal como referido pelo Sr. Vice-Presidente que a vigência deste Quadro será curta, o CDS irá abster-se na votação deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Creio não haver mais inscrições e não havendo vamos passar à votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pediu a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto.

Presidente: Nós íamos passar ...

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem razão, embora o Regimento prevê que se possa fazer agora a declaração de voto.

Presidente: Não tendo dado entrada na Mesa nenhuma proposta de alteração, eu ia propor que votássemos os três artigos em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao desafio do Sr. Deputado André Bradford, vou fazer uma declaração de voto muito curta e dizer apenas o seguinte.

A Representação Parlamentar do PPM votou contra porque não se trata de um documento credível e em segundo lugar porque os valores que constam no mesmo não foram fundamentos.

Portanto, tendo em conta estes fatores, nós consideramos que não estão reunidas as condições para que a Representação Parlamentar do PPM vote favoravelmente um documento deste tipo.

É só por isso, são essas duas razões que explicam o voto contra do Representação Parlamentar do PPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado.

Vamos passar aos pontos seguintes da nossa Agenda e conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes estes dois pontos: **Projeto de Resolução n.º 90/XI** e o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XI** serão debatidos em conjunto.

Os tempos são os que normalmente utilizamos neste tipo de debate. Para apresentação do **90/XI – “Atualização da remuneração complementar”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Marta Couto)

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A remuneração complementar foi consagrada no Decreto Legislativo Regional 3/2000/A, de 12 de janeiro, revogado e substituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril trata-se, pois, de uma melhoria no rendimento dos trabalhadores açorianos que deve ser devidamente respeitada e efetivamente valorizada.

Considerando que esta medida se destina a trabalhadores que auferem salários mais baixos, constitui-se também como medida de alcance social extremamente relevante e que urge reforçar e inverter a sua progressiva e continuada desvalorização.

Esta medida tem como objetivo primordial a reposição de uma justiça salarial e atenuar as dificuldades sentidas por estes trabalhadores perante um custo de vida agravado pela insularidade, tendo também em conta os baixos salários que auferem.

A justeza e pertinência desta Proposta de Resolução, fundamenta-se entre outras razões no facto desta remuneração complementar/subsídio de insularidade não ser alvo de qualquer atualização desde 2012.

Deputado Carlos Silva (PS): 2014!

O Orador: A ausência de aumentos no valor base da remuneração complementar afeta direta e objetivamente os rendimentos dos trabalhadores e de uma forma mais acentuada à medida que crescem os custos de insularidade. Acresce a tudo isso o facto do salário mínimo fixado para 2018, resultar em situações de injustiça da atual tabela legal da remuneração complementar, levando assim a que um trabalhador mais antigo fique a auferir um rendimento inferior relativamente a um trabalhador recém-chegado à administração pública. O PSD, responsabilmente, recomenda ao Governo que proceda à atualização da remuneração complementar e proceda também à revisão e atualização da atual tabela de valores da remuneração complementar consagrados no Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, de 10 de abril.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Comissão de Economia, o Governo, na pessoa do Sr. Vice-Presidente referiu, e cito “que estas matérias devem ser enquadradas no orçamento do próximo ano” e já em julho de 2016, também na Comissão de Economia sobre a mesma matéria, o Sr. Vice-Presidente referia e volto a citar “que deveria ser a próxima composição parlamentar, escolhida pelo povo açoriano em outubro próximo, que deveria discutir e analisar um proposta deste tipo, sendo por isso uma discussão extemporânea”.

Pois bem, estamos neste momento numa nova legislatura e na fase de análise da Anteproposta do Orçamento estamos, portanto, numa conjugação perfeita para reconhecermos que os funcionários públicos da Região, quando foram chamados a fazerem sacrifícios para pagar a banca rota e irresponsabilidade do Governo Socialista da República, disseram presente, por isso é também justo que o Governo reconheça e retribua esses sacrifícios.

Os açorianos sabem que a anulação da sobretaxa de 3,5% e o aumento do diferencial fiscal constituem uma reposição do sacrifício que fizeram para pagar a irresponsabilidade do Governo da República, do Partido Socialista;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sabem que a reposição das progressões das carreiras é devolver aquilo que o Governo Socialista de José Sócrates fez quando congelou as carreiras;

Os açorianos sabem que mesmo com muitos constrangimentos foi o Governo do PSD/CDS que aumentou o salário mínimo em outubro de 2014, de 485 euros para 505 euros;

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os açorianos sabem que o Governo dos Açores assinou um resgate com o Governo da República, em 2 de agosto de 2012, que para receber um empréstimo de 185 milhões de euros, se comprometeu a aplicar na Região e cito “todas as medidas do Orçamento de Estado, que respeitem direta e indiretamente a qualquer remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetados em resultado destas medidas;

Os açorianos devem saber qual o valor que o Governo Regional deixou de pagar aos funcionários da Administração Pública na sequência do acordo deste resgate.

Este Projeto de Resolução é o contributo do PSD, que aqui traz, recomendando ao Governo que inicie um processo negocial para procurar resolver esse problema, já que a competência formal e material neste domínio está cometida ao Governo Regional, ao Parlamento cabe apenas o poder da sua aprovação.

O PSD pretende uma solução justa para todos quanto servem a administração pública e equilibrada para o Orçamento Regional.

O desafio está lançado, agora veremos quem está do lado das pessoas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XI – “Aumento da Remuneração Complementar Regional – Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar o PCP.

Deputado João Corvelo (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os trabalhadores da Administração Pública Regional têm legítimas e julgamos que fundadas expectativas de que esta proposta de aumento da remuneração complementar regional, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP seja aprovada por esta Assembleia.

É que esta não é uma opção, mas, sim, uma necessidade que se impõe a todo o custo, pois não podemos assistir impávidos e serenos a um vergonhoso e exponencial aumento da exploração, das desigualdades e das injustiças sociais na Região.

A remuneração complementar regional veio contribuir para minorar as dificuldades sentidas pelos trabalhadores da Administração Pública Regional,

nomeadamente aqueles que auferem salários mais baixos, face às difíceis condições de vida agravadas pelos custos da insularidade.

A remuneração complementar, saliente-se, não é alvo de qualquer atualização desde 2012 e acresce ainda que desde 2009 as remunerações base dos funcionários públicos também não são atualizadas. Que mais não seja senão por isso há, pois, razões para que os trabalhadores da Administração Pública acreditem que chegou a hora de lhes ser feita devida e merecida justiça.

Sucedo que para além de um custo de vida agravado pela insularidade, os trabalhadores açorianos auferem um rendimento médio substancialmente inferior aos seus congéneres continentais.

Os baixos salários praticados na Região Autónoma dos Açores relacionam-se intimamente com o aumento das situações de pobreza e de exclusão social.

A recuperação do poder de compra destes trabalhadores não é apenas justa como será também mais um estímulo à dinamização da economia regional, com efeitos positivos e imediatos em todas as ilhas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por cada euro que a Região investir no bem-estar das famílias dos trabalhadores da Administração Pública Regional aumentando o valor da Remuneração Complementar, será um euro que reverterá a favor da economia regional, acrescentado nas vendas das empresas açorianas e para contribuindo para que o conjunto da economia regional cresça de forma sustentável, justa e equilibrada.

O facto desta Remuneração Complementar não ter sido objeto de atualização nos últimos seis anos tem diminuído o seu efeito de atenuação das dificuldades sentidas pelos trabalhadores e conseqüentemente tem diminuído o seu poder de compra com conseqüências na economia regional.

O PCP considera que o proposto aumento de 15% é uma medida da mais elementar justiça que, além do mais, que tal como já referimos, contribuirá também para ajudar a dinamizar a economia regional.

Na atual conjuntura consideramos essencial assegurar que o rendimento disponível das famílias açorianas não seja destruído e o aumento da remuneração complementar dará um importante contributo nesse sentido. Para além do mais é também fundamental que a consolidação e o reforço da autonomia se faça através deste tipo de ações concretas e com impacto direto e real na vida dos Açorianos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, como tive oportunidade de dizer na Comissão com uma proposta de recomendação e uma proposta para ter efeitos no próximo ano, estamos aqui também a fazer um debate sobre matérias que terão a sua expressão efetiva e prática na discussão do Orçamento para o próximo ano que ocorrerá durante o mês de novembro nesta Assembleia. Uma proposta foi apresentada a 12 de abril, outra apresentada a 1 de junho, mas o que é facto é que qualquer uma delas a aplicabilidade prática acontece no próximo ano e o instrumento como tive oportunidade de dizer para debater essas matérias é a discussão do Plano e Orçamento, onde aí efetivamente os partidos podem apresentar propostas concretas e com eficácia concreta, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Então agora não se pode apresentar propostas!

O Orador: ... no âmbito dessas mesmas matérias, mas enquadrando a questão e sem entrar em debates políticos do passado, mas lembrando e colocando as questões como elas efetivamente são.

Os funcionários públicos no País tiveram efetivamente um peso muito significativo no ajustamento orçamental que foi feito desde 2011.

Mas é bom lembrar e isso foi aqui omitido pelo Sr. Deputado Bruno Belo e não foi omitido por acaso, foi emitido propositadamente, que nos Açores os funcionários públicos abrangidos pela remuneração complementar, ao contrário dos restantes do País, não tiveram qualquer corte nas suas remunerações diretas pela introdução da remuneração compensatória pelo Governo dos Açores, que inclusivamente no início de 2014, foi levantado dúvidas da sua constitucionalidade e foi aqui novamente reassumida nesta Assembleia.

Portanto, ao contrário do que disse e aqui ficou demonstrado não há aqui nenhum acordo com o Governo da República em 2012 que não permitisse medidas compensatórias, as medidas compensatórias existiram, houve quem duvidasse da sua constitucionalidade e o Tribunal Constitucional deu razão à Região e por essa via esses funcionários públicos não tiveram cortes nos seus vencimentos na Região Autónoma dos Açores, pela medida proposta pelo Governo e aprovada, penso que por unanimidade, nesta Assembleia Regional.

Portanto, quando houve cortes o Governo dos Açores interveio e a Região interveio para que esses cortes fossem anulados. Foi esse o nosso papel em defesa da autonomia.

Por outro lado e desde essa altura, pressupondo que estes funcionários não tiveram esses cortes na remuneração base, o período dos últimos três anos e aqui não quero atribuir méritos, nem vou entrar nesse leilão se o mérito é mais de um partido ou dos outros dois partidos que apoiam a maioria na República, ou se foi da proposta do BE, ou do PCP ou do PS, não entro nessa discussão, mas a verdade é que o somatório de vontades, a sobretaxa de IRS que era um corte de 3,5% nas remunerações foi anulada.

Por outro lado, houve uma aumento do salário mínimo regional, que também beneficia os funcionários públicos de menos rendimento, que só nos últimos

três anos foi, é bom lembrar, de um crescimento de vencimento mensal de 15%, 79 euros por mês, o que representa por ano um aumento de crescimento para quem tem menos rendimento de 15%, ou seja, cerca de 1 100 euros anuais de aumento de rendimento para aqueles que tinham menos rendimento e isto implicou um aumento real do poder de compra de quem tinha menor remuneração.

Acrescido a isso foi reposto este ano as progressões na carreira que faz com que haja um aumento de remuneração líquida, por exemplo só por essa via no próximo ano em média na função pública, de cerca de 3%, como foi recentemente divulgado esses dados.

Nos Açores a acumular tudo isso foi não só reposto o diferencial, como alargado o diferencial de redução do IRS e que beneficiou os funcionários também públicos, ou seja, neste momento é claro e todos os indicadores assim apontam, no período em que houve cortes até aos 1 500 euros, os funcionários públicos da Região não tiveram cortes por competência legislativa regional, mesmo alguns duvidando da mesma e levaram o processo para o Tribunal Constitucional e na fase de crescimento os funcionários públicos da Região também têm níveis de crescimento da sua remuneração superiores àqueles que se verificam no continente, por via de que a nossa redução de IRS foi maior do que aquela que se verifica no continente, somada aos outros efeitos.

Agora colocada esta realidade em que se nós concordámos absolutamente e fizemos uma remuneração compensatório ou complementar, como aqui está no período de corte que compensou integralmente o corte, neste momento estamos numa fase de crescimento da remuneração líquida dos funcionários públicos por esses vários mecanismos e particularmente com o apoio do BE e do PCP, um aumento superior e um maior aumento daqueles funcionários com menor vencimento.

Colocadas estas questões todas, o que eu penso é que esta matéria deve ser debatida e discutida no Orçamento da Região.

Se achava no momento em que fui à Comissão que isso efetivamente fazia todo o sentido, hoje o BE e o PCP irão acompanhar-me nessa análise, ainda faz muito mais sentido.

Faz muito mais sentido porque como foi proposto no Orçamento, como está anunciado no Orçamento de Estado, está em cima da mesa em discussão um aumento pela primeira vez para a função pública para os funcionários com menor nível de rendimento.

Estando a ser debatido e acordado pelas notícias públicas entre os três partidos, a forma como esse aumento na função pública, que é acumulado com as progressões na carreira, que representam outro aumento na função pública, irá incidir sobre os funcionários com menor nível de rendimento, não faz qualquer sentido, não faz mesmo qualquer sentido hoje estarmos a debater percentagens de variação da remuneração complementar, quando não sabemos neste momento quanto é que será o aumento dos funcionários públicos com menos rendimento no próximo ano e que essa matéria está neste momento a ser discutida na Assembleia da República.

Por isso ser cinco, seis, sete, um por cento ou dois é completamente diferente, consoante for o aumento que efetivamente tiverem no próximo ano e como o próximo mês teremos oportunidade de saber qual será esse aumento, aí sim tem toda a eficácia discutir se faz ou não sentido e em que dimensão, acrescentar um terceiro aumento a esses aumentos que se vão verificar no próximo ano.

Agora uma coisa eu tenho a certeza, cumprindo esse enquadramento global e deixo aqui este compromisso: a proposta que aqui é feita, por exemplo, de aumento pelo PSD de 10% da remuneração complementar, eu tenho a certeza absoluta e é o compromisso que fica aqui do Governo dos Açores, o que quer dizer ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O PSD não recomenda isso. O PSD propõe uma base negocial com o Governo.

O Orador: Não propõe 10%?

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, não propõe!

O Orador: Mas com o objetivo dos 10%? Ah, não tem percentagem! Pronto, peço desculpa.

(Aparte inaudível)

O Orador: O PCP propõe 15%.

... é que nesta fase, face àquilo que está neste momento em debate que é um aumento do vencimento, que só foi colocado agora, da função pública para aqueles que têm menor remuneração, que acresce o aumento de vencimento decorrente das progressões na carreira, que é de todos os funcionários públicos, não é sensato estar a discutir percentagens sem saber qual é a dimensão desse aumento dos funcionários públicos.

Agora, tenho a certeza de uma questão: o valor de remuneração que os funcionários públicos dos Açores que estão dentro do escalão, abrangidos pela remuneração complementar, tenho a certeza, que será na globalidade um aumento significativo e que terá uma expressão orçamental de encargos superior àquela que está aqui nesta proposta vertida pelo PCP. Tenho a certeza absoluta disso porque pela dimensão da dotação para esse aumento, se for uma distribuição com o apoio dos dois partidos, pelo menos, se for uma distribuição de afetação dessa dotação aos funcionários que têm remunerações até 1 500 euros, irá corresponder em termos práticos um aumento da remuneração líquida mensal superior inclusivamente à proposta do PCP.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Neste momento a Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero esclarecer as posições dos diversos partidos nesta matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não, esclareça só a sua!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional sustenta fundamentalmente o seguinte, sustenta que houve aumento do rendimento dos funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores, fundamentalmente por quatro fatores, ou seja: aumento do rendimento líquido de 3,5% resultante da anulação da sobretaxa do IRS; acréscimo médio de 5% do salário mínimo em vigor na Região Autónoma dos Açores durante três anos; aumento do diferencial fiscal em sede de IRS e reposição da progressão na carreira em 2018 que provocou o aumento do rendimento líquido, portanto com base nestes quatro pressupostos sustenta que existiu um aumento do rendimento dos funcionários.

Prevê ainda que esse aumento possa ser incrementado em sede de Orçamento de Estado, devido ao aumento previsto para os funcionários públicos, que superará aquele que seria o rendimento líquido proveniente dos 15% que está a propor o PCP, 15% na remuneração complementar.

Portanto, o que eu lhe pergunto é: com base nestes pressupostos e sucedendo isto mesmo assim o Governo Regional não nega, não se opõe que a remuneração complementar venha a ser incrementada, mesmo existindo este aumento que V. Exa. descreveu há pouco.

A sua posição é que apenas não está na disposição neste momento de apoiar estas propostas, tendo em conta apenas o momento da discussão em que nos encontramos e pelo facto de isso dever acontecer no âmbito da discussão do Orçamento Regional. É essa a sua posição?

Posso então concluir que V. Exa. não recusa uma atualização da remuneração complementar, mas em sede de discussão do Orçamento. É isso?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por devolver um elogio, o Sr. Deputado tem uma boa capacidade para dizer coisas que eu não disse, mas fá-lo com bastante habilidade, tenho que reconhecer esse dom.

Agora quero dizer-lhe que não foi isso que eu disse. O que eu disse foram três coisas:

Primeiro: quando houve cortes nas remunerações dos funcionários públicos no País até 1500 euros, nós repusemos esses cortes e não permitíssemos que houvesse cortes nos vencimentos, no âmbito da criação da remuneração compensatória;

Segundo: que desde 2015 os funcionários públicos têm tido progressivamente uma recuperação e um aumento do seu rendimento disponível, do seu rendimento líquido pelas quatro vias que referiu;

Terceiro: que em 2019, para além desses quatro instrumentos foi anunciado um novo instrumento de aumento dos índices remuneratórios dos funcionários públicos até um determinado nível de rendimento, cuja forma e intensidade de fazê-lo, está neste momento a ser discutido em sede da Assembleia da República e que irá beneficiar automaticamente os funcionários públicos da Região.

Portanto, neste momento não faz qualquer sentido estar, é completamente prematuro, a discutir percentagens de remuneração que na altura em que foram feitas as propostas até fazia sentido, porque não estava previsto, nem anunciado qualquer aumento de remuneração desses funcionários públicos, portanto o

aumento da remuneração para além dos efeitos das progressões seria este e agora com a introdução, não sei se o mérito dessa introdução se deve a um partido ou outro, não é essa questão que está aqui em causa, mas em termos práticos é o efeito real, por um lado nos vencimentos e na remuneração líquida dos funcionários públicos com menos rendimento no próximo ano e é algo que a Região irá assumir e irá executá-lo, portanto terá expressão orçamental na Região esse acréscimo de remuneração que não estava prevista quando fizeram estas propostas.

Neste contexto não faz qualquer sentido hoje estar a discutir percentagens de aumento de uma componente, quando não se sabe neste momento qual vai ser o aumento e já assumimos que haverá aumento, aumento de remuneração de cada um dos escalões dentro deste nível de apoio, portanto é extemporâneo, acho que não é rigoroso e ninguém com certeza nesta Casa se sentirá bem a discutir uma coisa, se não sabe qual é a base e o efeito disso na remuneração. Foi isso que eu disse.

Disse também uma segunda coisa: é que tenho a convicção plena, que no final deste processo resultará um aumento para os funcionários públicos com menos rendimento, superior àquele que resultaria da aprovação da proposta do impacto da proposta do PCP dos 15%, se não houvesse esse efeito cumulativo com o aumento dos índices remuneratórios na função pública.

Foi isso que disse e reassumo neste momento.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o senhor referiu há pouco a implementação da remuneração compensatória, que o Governo não tinha ficado preso ao facto de

não ter iniciativas que aumentassem a despesa, em relação aos funcionários públicos e deu como exemplo a remuneração compensatória.

O senhor sabe que a remuneração compensatória foi antes de 2012, foi apresentada no final de 2010, para integrar o Orçamento de 2011 e foi mandada para o Tribunal Constitucional nesse período.

Deputado Carlos Silva (PS): Para 2014!

O Orador: Segunda questão, Sr. Vice-Presidente, o senhor aqui com a sua explicação, das duas uma: ou não quer atualizar a remuneração complementar ou está pura e simplesmente a fazer as cerimónias fúnebres dessa remuneração complementar.

Então o senhor vem aqui dizer que o aumento que está programado no âmbito do Orçamento de Estado para a função pública, será superior ao aumento que poderia acontecer, de acordo com a proposta do PCP de 15% para os funcionários públicos que recebiam vencimentos mais baixos.

Sr. Vice-Presidente, os aumentos salariais da função pública não são para esbater a insularidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A remuneração complementar destina-se a esbater a insularidade.

Os aumentos salariais da administração pública destinam-se a atualizar as remunerações em função da inflação, Sr. Vice-Presidente!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, dou-lhe os meus parabéns e tiro-lhe o meu chapéu, quer dizer, tirava se o tivesse, como não tenho não tiro, mas olhe que é preciso ter coragem para vir a esta câmara defender as atrocidades que o seu Governo fez aos trabalhadores deste País!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: É preciso ter muita coragem para vir defender os cortes cegos nos salários injustos e desnecessários como se veio a provar pelas políticas aplicadas e repostas pelo Governo do PS, preciso ter muita coragem para vir defender, ou então muita falta dela, não sei.

Sr. Deputado, foi o PSD que não sei se sabe quais foram as consequências para os trabalhadores deste País, quer nos Açores, quer no todo nacional, a que aplicaram a caducidade - só um exemplo das atrocidades que foram feitas aos trabalhadores - dos contratos coletivos de trabalho. Os senhores sabem o que isso representou para os trabalhadores de Portugal? Sabe o que é que representou também na Região o facto de se ter levado à caducidade dos contratos coletivos de trabalho? O que os trabalhadores perderam e o que perderam também a nível financeiro, em consequência da caducidade dos contratos coletivos de trabalho? Não, os senhores não sabem! Sabe porquê? Porque os senhores não sabem o que é um contrato coletivo de trabalho!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): A senhora é que se esqueceu!

A Oradora: Mas é bom lembrar relativamente à questão da remuneração complementar, que foi o PS ou foi esta câmara quando o PSD tinha uma

minoría no Governo que criou e o PSD quando ganhou a maioria novamente, retirou aos mesmos trabalhadores que hoje diz que quer dar um aumento, retirou a remuneração complementar.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Mas também é bom lembrar que foi o PS, foram os governos do PS que repuseram a remuneração complementar, também quando havia uma minoría, é verdade, nesta câmara, mas também foram os governos maioritários do PS que mantiveram a remuneração complementar até hoje.

Em questão de história da remuneração complementar, é bom que também se tenha memória.

Deputado Paulo Parece (PSD): Em 92 não existia!

A Oradora: Quanto a uma questão que foi levantada aqui pelo Sr. Deputado Bruno Belo, no que diz respeito às injustiças criadas pelo aumento do salário mínimo nacional.

É bom que se diga, Sr. Deputado, o senhor também desconhece a remuneração complementar. A remuneração complementar é gradual e é aplicada conforme o nível salarial do trabalhador, por isso Sr. Deputado, aqui também o senhor desconhece, para além de desconhecer tudo o que foi feito no âmbito do seu Governo, também desconhece até a aplicação da remuneração complementar e a forma como é feita.

Deputado Paulo Parece (PSD): Quando era sindicalista também defendia isso?

A Oradora: Quanto à restante matéria eu julgo que o Sr. Vice-Presidente aqui também já explicou e é só o que me resta dizer.

Deputado Paulo Parece (PSD): Desligou?!

A Oradora: Não desliguei!

A Oradora: Sr. Deputado, pois nós aqui desta bancada defendemos, temos defendido sempre, sempre ao longo dos anos, os trabalhadores nos Açores, não só pela manutenção da remuneração complementar, mas também quer pela questão das compensações efetuadas pelos governos do PS na Região, aos cortes que o Governo do PSD na República fez e continuaremos a fazê-lo porque é nisso que acreditamos.

Acreditamos nos açorianos, acreditamos nos trabalhadores açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, gostava de lhe dizer que a explicação que me deu há pouco, não invalida a conclusão que eu tinha chegado anteriormente, na medida em que basicamente e simplificando, o que V. Exa disse é que está à espera do referencial do ponto de vista que ocorrerá a partir da concretização do aumento salarial que foi anunciado.

Esse é o referencial que está à espera, a partir desse referencial fará uma coisa muito diferente que é a atualização da remuneração complementar na medida em que a remuneração complementar decorre da compensação dos custos de insularidade e é evidente que os custos de insularidade sendo o aumento, um aumento nacional, a compensação que aqui é feita tem em conta o referencial nacional, mas tem que manter aquela que é a despesa acrescida e a percentagem que tem a ver com os custos da insularidade, que é uma outra questão, ou seja se o aumento do salário é uma matéria de âmbito nacional, isso não invalida que aqui continue a ser feita a diferenciação por via da aplicação da remuneração complementar para compensar a insularidade.

Deputado André Bradford (PS): Depois de se saber qual é o aumento!

O Orador: Depois de se saber qual é o aumento!

Portanto, a conclusão que eu retiro é esta, portanto a lógica que considero que deve ser aplicada é esta, ou seja, o aumento salarial que se venha a verificar não anula a necessidade de se fazer a correção em relação aos custos de insularidade, utilizando o mecanismo que nós criámos aqui na Região que é a remuneração complementar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Como é óbvio!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estive com bastante atenção à apresentação destas duas iniciativas que hoje são discutidas em conjunto e o Sr. Deputado Bruno Belo, creio eu que fez a apresentação da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, fez aquela que foi uma retrospectiva histórica deste complemento salarial e fê-lo de uma forma mais ou menos correta e digo mais ou menos correta porque se calhar ocultou a altura em que num primeiro Governo minoritário do PSD, tal como referiu a Sra. Deputada Graça Silva, foi introduzido na altura aquele que era um subsídio de insularidade, salvo erro, só para os funcionários públicos, claro, mas a remuneração complementar também é só para os funcionários públicos e depois foi criado na mesma altura, praticamente, o acréscimo regional ao salário mínimo e nesse caso também aplicável àqueles que não são funcionários públicos.

O Orador: Sabendo que a remuneração complementar, tal como salientou o Sr. Deputado Bruno Belo, foi criada em 2000, acho que importa aqui assinalar que esta remuneração faz este ano 18 anos, ou seja, atinge a sua maioria.

Eu não quero acreditar que o Sr. Vice-Presidente, tenha vindo aqui dar a entender que uma vez atingida a maioria e se calhar à má maneira, a má maneira como às vezes tratamos os nossos filhos quando atingem a maioria, que é uma vez atingida a maioria o melhor é irem para fora de casa. Espero que isso não seja um pronúncio de que a remuneração complementar seja algo para agora atingida a maioria também nos descartarmos dela. Espero que não!

A remuneração complementar tem um fundamento que já foi aqui lembrado e convém sempre lembrar que tem a ver com a compensação pelos sobrecustos de nós vivermos em ilhas e não só em ilhas como numa região arquipelágica e esses sobrecustos expressam-se num maior custo de condições de vida, por isso mesmo é que esta remuneração complementar, além de ter sido criada para cumprir esse propósito, de compensar esses sobrecustos, convém que ela seja mantida e não só mantida mas também atualizada e atualizada porquê? Porque ela permite também um estímulo à economia, por via do aumento da procura interna, algo que não deve ser de modo algum desconsiderado, aliás ao contrário do que Rui Rio veio ontem expressar junto à comunicação social acerca do próximo Orçamento de Estado de que o próximo Orçamento de Estado não é mais do que um budo aos eleitores, portanto qualquer aumento ou atualização à remuneração complementar, quero crer que não deve nunca ser vista como um budo aos eleitores e quero crer que também o Governo Regional e o PS concordarão comigo, pena é que pelo menos por aquilo que tem expressado agora nesta discussão, muito provavelmente não vão votar a favor de uma atualização desta remuneração.

Portanto, as duas propostas que hoje apreciamos contém duas dimensões que penso que até houve um sindicato que avaliou estas duas propostas de uma forma muito sucinta, se calhar bastante clara, de que se por um lado o PSD pretende que o Governo Regional se disponha a negociar a atualização desta

remuneração complementar, por outro lado de forma complementar o PCP pretende fixar aqui uma espécie de valor base, ou percentagem base para que se faça essa negociação.

Como estamos a falar de negociação coletiva e é esse um dos objetivos propostos pelo Grupo Parlamentar do PSD no seu Projeto de Resolução, convém também recordar que o Governo Regional deveria ter a exceção como regra e não o contrário. Isto porquê? Porque o Governo Regional tem dado por vezes mostras, evidências de que por vezes até é capaz de iniciar negociações coletivas, como foi o caso de adaptação à Região da Lei de Vínculos e Carreiras na Administração Pública, do Estatuto do Pessoal não Docente ou mesmo sempre que há alterações nas condições salariais e de carreira do pessoal docente.

Esses são bons exemplos, mas são infelizmente exceções, portanto convinha que esta exceção se tornasse uma regra, até porque não seria mais do que o cumprimento de um preceito legal, estipulado no artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, portanto a lei é bastante clara acerca da obrigatoriedade do Governo Regional, também ele, iniciar a negociação coletiva também na Região.

Portanto, convinha que esta exceção passasse a ser uma regra.

Ora a verdade e aqui já foi assumido no debate, quer pelo Sr. Vice-Presidente, quer pelo Grupo Parlamentar do PS que a última atualização desta remuneração complementar ocorreu em 2012 e até antes de 2012 ou por volta de 2012 também foi introduzida através de uma remuneração compensatória na altura, tínhamos a remuneração complementar e a remuneração compensatório que foram instrumentos expedientes para fazer face àquelas que foram políticas de austeridade introduzidas pelo Governo da República e que num primeiro plano procuravam também estender essa austeridade aqui à Região através de uma degradação das condições salariais.

Ainda bem que à época o PS e o BE também apoiou esta opção política de utilizar a remuneração complementar como uma forma de fazer face a estas políticas de austeridade e dessa forma assegurar que os funcionários públicos na Região mantivessem o seu poder de compra e dessa forma continuassem a dinamizar a nossa economia.

Portanto, o que nós consideramos é que a não atualização da remuneração complementar está a desvirtuar o propósito para o qual ela foi criada, porque se é para fazer face aos sobrecustos da insularidade, pensamos que ela deve ser regularmente atualizada.

Ainda mais, há outra desvirtuação da não atualização da remuneração complementar. Isto porquê? Porque o aumento do salário mínimo nacional, ainda bem que assim ocorreu e até por influência quer do PCP, quer do BE e do Partido Ecologista os Verdes nesta solução governativa encontrada no Governo da República, permitiu a todos nós recuperar rendimentos, não nos dá jeito, dá-nos jeito, mas acima de tudo dá jeito ao povo português.

Portanto, consideramos que a não atualização desta remuneração complementar e porque ela se aplica não só a quem auferir o salário mínimo nacional, mas também se aplica para além daqueles que ganham o salário mínimo nacional, é claro que em percentagem relativa inferior, tem a ver consoante os rendimentos, é verdade, mas foi isso mesmo que acabou por ocasionar uma desvalorização salarial da função pública, porque nunca houve uma atualização desta remuneração complementar.

Portanto, os aumentos na função pública por decisão do Governo da República, servem agora no nosso entender e pelas palavras do Sr. Vice-Presidente para, mais uma vez, a inação, quer do PS, quer do Governo Regional, em prejuízo dos funcionários públicos.

Nada contra um aumento da função pública decidido pelo Governo da República, mas achamos e tal como já foi aqui aduzido por alguns Srs. e Sras.

Deputadas que estamos perante uma remuneração complementar, portanto cumpre outros desideratos que não propriamente aumentos salariais.

Aliás, um aumento dos salários na função pública, não será de certeza incompatível afinal com um complemento salarial, senão não estaríamos aqui a falar de um complemento salarial, teríamos que estar a falar de outro tipo de componente salarial e não um complemento.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção do debate tenho duas questões para lhe dizer.

A primeira é que há aqui uma questão essencial, é que não é possível desenhar uma variação da remuneração complementar, sem saber com exatidão quais são os aumentos da remuneração base.

Partindo do pressuposto e os senhores anunciarem que concordam que essa remuneração terá valores absolutos, que implicará variações percentuais diferenciadas consoante o rendimento, ou alterar as variações percentuais consoante o rendimento, não se pode estabelecer uma remuneração complementar justa, se não tiver em conta isso, porque se o fizermos como o PCP propõe fazer que é uma percentagem de 15 % para todos, vamos criar situações de injustiça. Ninguém em bom rigor, se quiser realmente aumentar a remuneração dos trabalhadores, criar justiça nessa remuneração, pode aumentar 10%, 1% ou 15% se não souber quais são as variações absolutas prévias que distorce a ponderação relativa dessas variações.

Das duas uma: ou o PCP não sabe o que é que está a propor tecnicamente, ao propor isso quando ao mesmo tempo está na República a negociar, um aumento nominal, que vai alterar os escalões de remuneração e querer cegamente definir

uma percentagem de aumento, vai implicar na prática uma injustiça em relação aos trabalhadores dos diversos escalões e fazer com que se calhar alguns com esses aumentos venham a ter menor remuneração líquida que tinham anteriormente porque variam de escalão e variam da taxa de IRS.

Isso são matérias rigorosas, são matérias que quem quiser chegar aos objetivos finais, não pode estar aqui a discutir percentagens de aumento sem saber qual é a variação que incide sobre a remuneração de cada escalão. Ou sabemos do que é que estamos a falar e falamos com rigor, ou lançamos coisas que é bom para sair na comunicação social, que é mais 15%, mais 10%, sem saber que ao mesmo tempo está a ser preparada uma alteração de rendimentos que vai influenciar decisivamente o impacto desses 10 ou 15% e se não for tido em conta previamente a definição desses escalões vai levar a que alguns trabalhadores possam vir até a receber menos com esse aumento percentual na remuneração complementar.

Não saber disso é não saber do que é que se está a falar.

Portanto, tenho a certeza absoluta que essa discussão, independentemente de diferentes opinião, não vou debater aqui, isso já é antigo, se é A, B ou C, não é isso que interessa, o que interessa é que essa discussão, e eu percebo, quando apresentaram as proposta, uma em abril, outra em junho, não havia em cima da mesa um aumento da remuneração da função pública, agora há, para esses montante de rendimento que já foi definido o montante orçamental para tal e está a ser debatido como é que vai ser aplicado, consoante cada nível de rendimento. Sem isso estar aplicado não é possível definir percentagens, porque essa aplicação altera os escalões, altera os valores, altera os ponderadores e precisa desse valor para sabermos que efeito efetivamente queremos do ponto de vista do benefício dos trabalhadores. portanto, não há debate sério sobre esta matéria nesta fase, sem essa questão prévia.

Não se trata da Região esperar pela República ou não esperar pela República, primeiro porque na Região quem o paga, quem o liquida é o Orçamento da Região; segundo, porque é preciso ter em conta a definição clara e definitiva dessa matéria para se fazer o correspondente aumento porque no passado quando foi feito os aumentos das remunerações as taxas de variação normalmente, com algumas exceções, era igual à taxa de acréscimo do índice 100 (altura índice 100), da função pública para não haver distorções.

Estando prevista uma alteração entre escalões remuneratórios desse aumento, porque o que está anunciado, está a ser negociado é um aumento se for por exemplo do mesmo valor consoante o escalão, é uma percentagem diferente em cada escalão; se é uma percentagem diferente em cada escalão, altera o peso nos escalões e se altera o peso nos escalões temos que alterar aqui, mesmo que não se aumentasse a remuneração complementar ou que não se aumente a remuneração complementar, temos que alterar os escalões da remuneração complementar, para a remuneração complementar ser justa e para adequar. Quem não percebe isso não sabe do que é que está a falar, desculpem, mas tenho que dizer isso com toda a frontalidade: não sabe do que é que está a falar! Portanto, não é uma questão só política, não tem a ver com questões políticas, tem a ver com questões técnicas, de rigor, não se poder debater essa matéria agora, sem essa questão estar previamente definida porque altera absolutamente tudo.

Segunda questão só de precisão para o Sr. Deputado Bruno Belo.

Sr. Deputado Bruno Belo, o senhor referiu uma decisão do Tribunal Constitucional de 2010, eu refiro-lhe a decisão do Tribunal Constitucional de 21 de janeiro de 2014, dois anos depois do documento que citou em que proibia a Região de fazer variações remuneratórias.

Como?

Deputado Bruno Belo (PSD): Vou ler-lhe o comunicado do Gacs de janeiro de 2012!

O Orador: Eu estou a falar de 2014!

O senhor sabe perfeitamente, o senhor estava aqui nesta Assembleia, nós reunimos extraordinariamente em 2014 para reconfirmar ...

(Aparte inaudível)

O Orador: 2014! Desculpe tenho aqui a decisão, podemos ler: “A 30 de dezembro de 2013 o Sr. Representante da República, não aprova o Orçamento da Região, aprovado nesta Casa, remete-o para o Tribunal Constitucional para verificação da constitucionalidade do orçamento, porque tinha a norma de alargamento da remuneração complementar, precisamente para anular o efeito dos cortes orçamentais”. Foi remetido pelo Sr. Representante da República a 30 de dezembro de 2013 e decidido a 21 de janeiro de 2014 pelo Tribunal Constitucional e para o efeito fizemos inclusivamente uma sessão extraordinária aqui, em janeiro de 2014, portanto isso desmente aquilo que o Sr. Deputado Bruno Belo disse que não havia depois de 2012 medidas compensatórias. Houve!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não disse isso!

O Orador: Esta referia com exatidão e foi através do alargamento da remuneração complementar que foi o instrumento na altura criado para anular até aos 2 000 euros os cortes que iam ser para 2014 definidos no Orçamento de Estado para a função pública e com esse instrumento nós conseguimos assegurar que quem ganhava até 2 000 euros nos Açores, não tinha nenhum corte.

Essa questão estava no Orçamento da Região para 2014, foi aprovado nesta Assembleia, o Sr. Representante da República a 30 de dezembro de 2013 não

aprovou o orçamento, remeteu para o Tribunal Constitucional para efeitos de verificação da constitucionalidade dessa norma e o Tribunal Constitucional a 21 de janeiro de 2014 fez a sua deliberação, onde deu razão à Região, à Assembleia Regional, dizendo que não há inconstitucionalidade e levando o Sr. Representante da República a aprovar o Orçamento, nomeadamente a norma que estava em causa, que era a norma do alargamento da remuneração complementar,

Portanto em termos práticos duas conclusões:

Primeiro quando o Governo da República, não interessa o partido, nós criámos a remuneração compensatória em 2010 como referiu para compensar os cortes num Governo PS e em 2014 fizemos o alargamento da remuneração complementar para compensar os cortes do Governo então do PSD/PP.

O que fica para a história é que o Governo Regional do PS, sempre compensou os cortes na função pública, seja o Governo da República do PSD, seja o Governo da República do PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silva, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, conhece? De desgraças estamos falados.

A remuneração complementar tem de facto um papel importante e um alcance social importante contribuindo para minimizar as dificuldades sentidas pelos trabalhadores da Região, que são obviamente amplificadas pelos efeitos da insularidade.

De forma muito sucinta, tendo em conta a importância desta medida e tendo em conta também a não atualização deste complemento e a não atualização dos vencimentos, no entender do CDS há de facto pertinência e urgência na atualização deste instrumento, parecendo desadequado aquilo que é proposto pelo PSD, especialmente por não quantificar a atualização, mas não hajam dúvidas é isto que está em causa, é compensar a insularidade independentemente da existência de outros instrumentos ou medidas que o Governo Regional entenda criar para melhorar as condições salariais e os rendimentos disponíveis dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu compreendo a sua frustração, Sr. Vice-Presidente porque esperava que depois da sua explicação que a Representação Parlamentar do PCP retirasse a sua proposta, faria sentido de acordo com a sua lógica e que o BE a seguir votasse contra a proposta do Grupo Parlamentar do PSD. Certo? Era isso que esperava.

Ora, nós consideramos, que mesmo ao abrigo da sua lógica e da explicação que deu, muito bem dada, das implicações de um aumento salarial que ainda desconhecemos que valores é que atingirá na República e que será de certeza aplicável à Região, não sabemos depois que valores poderíamos aplicar na remuneração complementar, convinha primeiro saber o que é que se faz na República, dessa forma.

Deputado Bruno Belo (PSD): A do PCP não aprovam porque tem expressa um valor, a nossa não tem valores e também não podem aprovar?

O Orador: Ora, mas a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, não avança com valores.

No seu objeto resolutivo é vago o suficiente, aliás, em termos formais teria mesmo de ser assim e não quero aqui desmerecer a proposta feita pela Representação Parlamentar do PCP, mas qualquer atualização à remuneração complementar, de acordo com o diploma em vigor, deverá ser feita por Resolução do Conselho do Governo.

É isso que o Grupo Parlamentar do PSD mandata o Governo Regional ...

(Diálogo entre Deputados do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: ... para proceder a uma atualização da remuneração complementar. Mais, a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, nem impõe um prazo. O que é que isso quer dizer? Que o Governo Regional não terá de colocar em prática a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, caso ela venha a ser aprovada amanhã, nem depois de amanhã ...

(Diálogo entre Deputados do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: ... poderá cumprir exatamente aquilo que explicou a todos nós, poderá esperar pelo valor que será anunciado de aumento à função pública na República e atualizar essa remuneração complementar de acordo.

Mas as suas palavras, a sua explicação, foram muito importantes, porquê? Porque eu gostaria desde já em nome do BE lançar o seguinte desafio ao Grupo Parlamentar do PS: ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Primeiro diga que vai aprovar a nossa proposta e depois lance o desafio!

O Orador: ... depois do aumento a ser feito na República aos funcionários públicos, fica o Grupo Parlamentar do PS comprometido com uma atualização da remuneração complementar?

(Diálogo entre Deputados do PS e do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para acrescentar aqui alguns aspetos que são importantes.

O primeiro é que nos Açores os funcionários públicos e as famílias foram sempre protegidas e compensadas dos cortes que foram impostos, independentemente de quem os aplicou a verdade é que quer através da remuneração complementar, quer pela remuneração compensatória, houve sempre a proteção dos funcionários públicos e foram repostos os seus direitos. A primeira nota.

A segunda e contrariamente àquilo que foi dito em Comissão pelo PSD é que a remuneração complementar foi atualizada em 2014 e não em 2012. É tão verdade isso e já foi aqui realçado pelo Sr. Vice-Presidente que: Açores reforçam pensões e salários públicos com 38 milhões de euros. O que é que isso significa? Um reforço, um alargamento do complemento remuneratório e do complemento de pensão. O que é que se conseguiu com isso? Abranger cerca de 14 000 funcionários públicos nos Açores. Isso é um facto indesmentível.

Além disso, também já foi aqui realçado que ao longo dos anos e desde 2015 que o Governo do PS tem vindo a devolver e a promover o aumento dos

rendimentos líquidos dos funcionários públicos, quer pela redução do IRS e da sobretaxa extraordinária, o que demonstra aqui uma intenção clara de diminuir a tributação dos impostos sobre o trabalho e privilegiar o aumento do rendimento líquido dos funcionários.

Mas é também importante referir que a proposta que é apresentada pelo PSD é omissa, é omissa porque diz que “recomenda ao Governo que proceda à atualização do valor da remuneração complementar”. Não identifica valores, já foi referido, não identifica mais nada.

A pergunta que eu faço é: e se for aumentado um cêntimo corresponde àquilo que os senhores propõem?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Vice-Presidente já justificou!

O Orador: Não! Estou a perguntar a quem fez a proposta e foi o PSD. Acho que é legítima a questão, tal como perguntei também em Comissão, em que é que se baseava o PCP para propor o aumento de 15%? Também creio que é uma pergunta legítima.

Mas para que fique muito claro e a posição do PS sobre esse assunto é: o que está aqui em discussão com esses dois diplomas são questões metodológicas, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso já estava escrito!

O Orador: ... não estamos aqui a falar do aumento ou não aumento, porque já ficou aqui a garantia pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores de que haverá um aumento para os funcionários públicos com menores rendimentos, após 1 de janeiro de 2019, isso será aplicável no continente e também nos Açores.

Isso é bom que fique aqui claro e já foi realçado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silva, eu não esperava que me desse os parabéns por qualquer coisa, muito menos que me tirasse o chapéu, mas eu quero dar-lhe os parabéns, quero dar-lhe os parabéns porque hoje nesta discussão a senhora está na sala, em 2013, numa discussão de alteração do estatuto remuneratório do PCP, a senhora como tinha vindo de dirigente de um sindicato ausentou-se da sala para não discutir essa proposta.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é relevante!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada, a Sra. Deputada continua a enaltecer aqueles grandes estadistas socialistas que alguns socialistas hoje já sentem vergonha dele e continua a desprezar aquele político que os portugueses escolheram para governar Portugal.

Sr. Vice-Presidente eu reconheço, é verdade aquilo que diz e a pertinência da proposta e o contexto em que ela tem que ser discutida, mas a minha pergunta é simples, Sr. Vice-Presidente: tendo conhecimento daquilo que vão ser os aumentos na administração pública no continente e independentemente do voto que o PS nos der aqui, o senhor, o Governo está ou não disponível para consultar os sindicatos, para se sentar à mesa e para estudar uma proposta do aumento da remuneração complementar e da atualização das tabelas da remuneração complementar?

Muito obrigado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é diferente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Deputado do BE, eu tenho que lhe dizer uma coisa muito clara: para o funcionário público da Região, o que interessa é quanto é que é o seu aumento ao fim do mês, quanto é que passa a receber mais.

Se é por via de medidas legislativas com origem nacional ou regional, isso é completamente irrelevante. O que interessa para o funcionário público é quanto é que via receber mais; o que interessa para o orçamento da Região, é quantificar quanto é que a Região vai despende mais.

Se é com efeitos de iniciativa legislativa nacional, ou iniciativa legislativa regional, não é nada relevante nesta matéria, o que é relevante é quanto é que efetivamente as pessoas recebem. Primeira questão.

Segunda questão, Sr. Deputado Bruno Belo, vi que passou e bem fora daquelas questões que tinha sido em 2010 o Tribunal Constitucional e não em 2014, ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Mas posso esclarecê-lo!

O Orador: ... mas também estamos aqui é para esclarecer todos uns aos outros e para corrigir uns aos outros quando dizemos uma coisa que não corresponde efetivamente à realidade, isso é um processo evolutivo e pedagógico.

Agora, respondendo concretamente à sua questão, eu não sei, não sei se o PCP saberá, se o BE sabe, qual é que vai ser o aumento na função pública para as pessoas com menos rendimento: de que forma é que vai ser, se será igual para todos, em que montante é que vai ser, se será progressivo, se não será progressivo.

Portanto, não podemos analisar essa questão sem ter esse conhecimento. Eu não o tenho! Sei qual é a expressão orçamental que está prevista no orçamento para esse efeito, mas não sei como é que essa expressão orçamental vai ser

distribuída. Sem saber como é que ela vai ser distribuída não posso ir para além dessa questão.

Agora, tenho a convicção plena, se quiser responder assim com todo o rigor, que a mesma vai levar a que haja um aumento relativo do poder de compra dos funcionários com menos rendimentos e que se isso não acontecer estaremos aqui por via da remuneração complementar para assegurar que isso aconteça.

Mais do que isso, neste momento, não lhe posso com rigor dizer porque não sei como é que vai ser feita essa distribuição.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas o Grupo Parlamentar do PS apresentou um voto de louvor ao orçamento eles devem saber!

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputado Graça Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, do PSD, pensei que o senhor se levantaria dessa bancada, em nome do PSD, para esclarecer a câmara...

Deputado Bruno Belo (PSD): Já esclareci!

A Oradora: ... sobre as questões que foram levantadas sobre o Projeto de Resolução do PSD, mas não o fez. O senhor, ao contrário do que seria de esperar, vir aqui defender a iniciativa do PSD, veio aqui falar de tudo, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): A senhora é que falou, falou de chapéus ...!

A Oradora: ... menos das questões daquilo que está em discussão e do essencial do que se está... Até para se perceber o que é que o PSD pretende com a remuneração complementar, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sei que a Sra. Deputada não sente o que está a dizer!

A Oradora: ... o que é que o PSD pretende com a sua proposta, isso até porque lendo os relatórios das audições, quer da CGTP, quer da UGT, percebe-se

perfeitamente que as duas centrais sindicais perceberam a proposta do PCP, mas não perceberam a proposta do PSD.

Deputado Bruno Belo (PSD): E a senhora também não percebeu nem uma nem outra!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Bloco de Esquerda pode explicar!

A Oradora: Não, não! Eu não percebo a proposta do PSD como me parece que toda a câmara aqui, pelas questões que foram levantadas, não percebeu.

Aliás, foram aqui levantadas várias questões à sua intervenção inicial às quais o senhor não respondeu, mas cada um faz o que entende nas suas intervenções.

Só para dizer ao PSD que se há matéria que me é muito cara é exatamente a remuneração complementar e o senhor sabe onde é que eu estava quando... O senhor acha piada! Pronto, é assim, quando não se tem respeito pelos trabalhadores é isso mesmo que se faz, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... ri-se da situação dos próprios.

Mas isto para dizer, Srs. Deputados que se há matéria que me é cara é exatamente a remuneração complementar, porque foi uma das matérias pelas quais eu lutei na rua, em todos os sítios que foram necessários...

Deputado Paulo Parece (PSD): E continua a defender tudo isso!

A Oradora: ... eu estive e estou ao lado dos trabalhadores nos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E foi com muito orgulho que eu vi a remuneração complementar implementada pelo Governo do Partido Socialista e, como disse e muito bem o Sr. Deputado Paulo Mendes, chegar à maioria também nos Governos do Partido Socialista.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, apenas e só para que o senhor não diga que eu passei ao lado daquilo que tinha a ver com 2010 ou 2014. Daquilo que o senhor disse, eu não disse nada ao contrário.

A única coisa que eu disse foi que no dia 2 novembro de 2010, o Governo, num comunicado sobre o Orçamento para 2011, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas era outro assunto!

O Orador. ... dizia: “garantir uma remuneração compensatória aos trabalhadores da administração pública regional e aos hospitais EPE, cuja remuneração total e líquida seja igual ou inferior a 2000 euros”. Isto foi o que eu disse.

Ainda mais: corroboro aquilo que disse e ainda lhe posso dizer (tenho a certeza que se vai lembrar, naquela cadeira estava o Sr. Deputado Costa Pereira) que no final do plenário se dirigiu a V. Exa. para iniciar o processo de regularização, em 2014, tudo isso para que entrasse em vigor com o orçamento à frente.

Portanto, foi exatamente assim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não haver mais intervenções. Sr. Deputado Paulo Mendes...

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não respondeu ao nosso desafio. Esperava que a Sra. Deputada Graça Silva, até porque participou na criação da

remuneração complementar, respondesse àquele que foi o desafio lançado pelo nosso grupo parlamentar, tendo em vista uma atualização desta remuneração complementar, deste suplemento, digamos assim.

Claro que reconheço que deva ter orgulho não só na criação desta remuneração complementar, mas também na sua manutenção ao ponto de estamos neste momento a assinalar o seu 18.º aniversário e a sua maioridade.

Ora, também espero que a Sra. Deputada Graça Silva, até pelas palavras do Sr. Vice-Presidente, também demonstre alguma preocupação com o futuro desta remuneração complementar, porque me parece, de acordo com aquela que foi a explicação do Sr. Vice-Presidente, principalmente a sua explicação inicial, que corremos o risco desta remuneração complementar deixar de servir o seu propósito e de passar a ser um mero assessorio salarial que estará sempre na sombra de qualquer atualização ou aumento salarial proveniente da República e não como um instrumento de política pró-ativa por parte da Região, assim perdendo a sua principal função, que é fazer face aos sobrecustos da insularidade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e dessa forma se ela correr o risco de perder esse propósito também corre o risco de vir a desaparecer.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma questão muito rápida e final em relação à questão do Sr. Deputado Paulo Mendes, para ficar claro que não há qualquer risco da remuneração complementar desaparecer na Região.

A remuneração complementar é um património essencial da nossa autonomia, é um património essencial da valorização das nossas especificidades e é um património essencial que não só queremos preservar, mas valorizar permanente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Património ao dispor da República!

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução 90/XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então passar à votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional 20/XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para justificar a nossa abstenção relativamente à iniciativa do PCP, não que o PSD não concorde com o princípio da atualização da remuneração complementar, apenas o PSD defende que esse procedimento seja

negociado de forma justa para os funcionários e de forma responsável para o Orçamento da Região.

Relativamente à iniciativa do PCP, a remuneração complementar, também conhecida como subsídio de insularidade é paga aos funcionários públicos que têm salários mais baixos.

Trata-se de uma medida que visa a justiça salarial, pois apoia os trabalhadores que menos ganham e que são os mais afetados pelo agravamento do custo de vida derivado à insularidade.

Infelizmente, o valor da remuneração complementar não é aumentado desde 2012, porque o Governo Regional, na altura, entregou os direitos dos trabalhadores da Administração Pública Regional e local como caução do empréstimo de 185 milhões de euros.

Entretanto passaram-se seis anos. Neste período os trabalhadores em causa perderam o poder de compra e fizeram sacrifícios.

Em contrapartida o Governo Regional cobrou impostos como nunca. Já é mais do que tempo de fazer justiça aos funcionários públicos que menos ganham.

Foi isso que o PSD aqui defendeu ao propor a abertura do processo negocial com os sindicatos da Administração Pública Regional com vista ao aumento da remuneração complementar. É que os funcionários públicos açorianos com os salários mais baixos não vivem de boas intenções. Esses trabalhadores que são os que menos ganham, não vivem das notações de *rating* ao contrário do que pensa o Sr. Vice-Presidente do Governo: o *rating* não dá pão!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer que o Partido Socialista votou contra os diplomas em análise...

(Aparte inaudível)

O Orador: Sr. Deputado, se me permitir, se faz favor.

... não porque não considera legítimas as reivindicações dos funcionários públicos, mas apenas porque essa matéria deve ser discutida no âmbito do Orçamento. Essa é a forma responsável de abordar estes assuntos e não vir aqui fazer ataques e falar de tudo, menos daquilo que interessa.

O PS já deu provas na República e nos Açores que tem estado ao lado dos trabalhadores e vai continuar a estar e no próximo mês estará cá para defender estes e outros assuntos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM não votou favoravelmente a iniciativa do PCP porque considera que os argumentos técnicos que foram aduzidos pelo Sr.

Vice-Presidente fazem todo o sentido em relação ao valor fixo que o PCP apresentava em relação ao aumento da remuneração complementar regional.

Portanto, concordando com o princípio do aumento da remuneração complementar regional fui sensível aos argumentos técnicos que foram apresentados nesse sentido. Por isso não votámos favoravelmente a proposta do PCP.

Em relação ao PSD a verdade é que esses argumentos técnicos, na minha apreciação não colhem. E não colhem porque o que estava previsto era que esse mecanismo de aumento da remuneração complementar regional pudesse ser exercido logo após – e isso pode ser feito logo após – os aumentos salariais que estão previstos a nível nacional.

O que é importante para nós é não anular o princípio do aumento da remuneração complementar com aumentos salariais que venham a ser exercidos no conjunto do país, ou seja, na República e também na Região Autónoma dos Açores, porque é necessário manter esse diferencial, o diferencial da remuneração complementar regional.

Portanto, nada implica, muito pelo contrário, na nossa perspetiva, que a um aumento salarial que venha a ser decidido no conjunto do país, depois os Açores não realize também o aumento da remuneração complementar regional, até para manter essa diferenciação que, como se sabe, tem como origem os custos da insularidade.

Portanto, nós defendemos esse princípio e consideramos que esse aumento dos salários a nível nacional em nada deve prejudicar também o aumento da remuneração complementar que venha a suceder depois de se ter procedido a esses aumentos no conjunto do país e também, evidentemente na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para dizer que o CDS teve oportunidade de frisar a importância desta medida, desta remuneração complementar.

Portanto, é obviamente a favor de uma atualização desta remuneração complementar, no entanto nos moldes em que estava apresentado, por exemplo, no Projeto de Resolução do PSD, em que não há uma quantificação dessa atualização, razão pela qual votamos favoravelmente o Projeto de Resolução do PSD e votamos contra o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP, porque obviamente, e até atendendo às justificações emanadas pelo Sr. Vice-Presidente, não sabemos os impactos dessa decisão de forma cega, sendo certo que também em termos da votação favorável da atualização da remuneração complementar nós entendemos que ela deve ser feita independentemente de qualquer outro conjunto de medidas que possam ser propostas pelo Governo Regional para aumentar os rendimentos disponíveis dos trabalhadores açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Penso que não há mais intenções de declaração de voto.

Vamos então encerrar a discussão deste ponto da nossa Agenda e vamos fazer um intervalo regimental de 30 minutos.

Eram 17 horas e 19 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Graça Silva reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos continuar os nossos trabalhos com o 12.º ponto da nossa Agenda: **Projeto de Deliberação n.º 2/XI – “Suspensão da data para entrega do Relatório Final da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial e Associações Sem Fins Lucrativos Públicas”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Eram 17 horas e 59 minutos.

O presente Projeto de Deliberação é subscrito por todos os grupos e representações parlamentares. Julgo não haverem intervenções.

Sendo assim, coloco de imediato à votação este Projeto de Deliberação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Deliberação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida para o nosso 13.º ponto: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 117/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação em plenário do relatório do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção das crianças com mais de 12 anos”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e pela Representação Parlamentar do PPM.

A urgência é requerida por todos os grupos e representações parlamentares que compõem o grupo de trabalho, pelo que julgo não haver intervenções.

Sendo assim, coloco à votação o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão anunciado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida ao 14.º ponto da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 117/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação em plenário do relatório do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção das crianças com mais de 12 anos”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e pela Representação Parlamentar do PPM.

Coloco o Projeto de Resolução à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida para o 15.º ponto da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 118/XI – “Serviço de transporte marítimo regular de mercadorias, com Obrigações de Serviço Público, entre as ilhas das Flores e do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria o artigo 146.º do nosso Regimento, sendo que cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez por um período não superior a 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para justificar a urgência.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta urgência é absolutamente justificada. Os comerciantes e empresários da Ilha do Corvo foram confrontados este mês com uma situação inteiramente nova e que os prejudica muito claramente. Tem a ver com a decisão dos

transitários de passarem a cobrar o transporte marítimo de mercadorias que se realiza entre a Ilha das Flores e do Corvo, que anteriormente não cobravam no que diz respeito às mercadorias provenientes do exterior.

É uma situação nova e é uma situação urgente. É uma situação urgente, porque eu próprio, no Projeto de Resolução que apresentei, dou um exemplo, que é um exemplo que tem a ver com uma situação de máxima gravidade. Evidentemente serve apenas para exemplificar um prejuízo muito significativo que os comerciantes e empresários do Corvo passam a ter, ou seja, de pagar a um preço muito superior pelo transporte entre as Flores e o Corvo, àquele que já pagam pelo transporte de mercadorias entre, por exemplo, Leixões e as Flores.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a apresentar a urgência!

O Orador: É uma situação incomportável, é uma situação que fica fora do contexto da legislação que rege este setor que diz o seguinte em relação ao Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, na alínea g) do artigo 5.º, estabelece o seguinte: “praticar para cada Região Autónoma o mesmo frete para a mesma mercadoria, independentemente do porto ou da ilha a que se destina”.

É evidente que a Representação Parlamentar do PPM reconhece que se teve que criar uma situação especial, uma vez que nós não temos as condições portuárias, para receber os navios que fazem escalas nas restantes ilhas.

Portanto, não sendo possível, nós, da nossa parte, compreendemos essa restrição e também valorizamos muito a medida que foi adotada por parte do Governo de assegurar, através da contratualização que tem vindo a efetuar com empresas de transporte marítimo de mercadorias, assegurar o transporte dessas mercadorias entre as Flores e o Corvo e assegurar que esse transporte é feito de forma gratuita.

Portanto, essa foi a resposta possível, tendo em conta as nossas infraestruturas portuárias e é a resposta que tem garantido aos corvinos uma situação de igualdade. Nenhuma crítica a fazer ao Governo nessa matéria.

Agora, temos uma situação nova que é esta que resulta dos transitários deixarem de ter essa despesa suplementar, deixarem de ser eles a assumir e, portanto, passarem a exigir a quem está a fazer essas encomendas dessas mercadorias provenientes do exterior, entre as Flores e o Corvo. Portanto, significa um prejuízo considerável para os comerciantes.

Eu quero dizer o seguinte: eles vão pagar muito mais do que aquilo que pagam entre o porto de Leixões e o porto das Lajes das Flores. Pagam muito mais nesta pequena travessia (e dou o exemplo) de 17 milhas náuticas, do que se paga numa travessia de 1038 milhas náuticas.

É uma situação insustentável.

Depois também cria uma situação de desigualdade perante as restantes ilhas e perante nomeadamente a ilha vizinha das Flores.

O que vai acontecer é que os comerciantes das Flores que já adquiriram as mercadorias provenientes do exterior, ...

Deputado André Bradford (PS): E a urgência?

O Orador: Eu tenho que explicar a urgência. Eu penso que não saí da urgência em nenhum momento.

Portanto, estou a explicar (ouça!) por que é que é urgente.

Deputado André Bradford (PS): Não está, não!

O Orador: Quer que eu quantifique a urgência? É mais 3 mil euros de prejuízo mensal para cada comerciante e empresário do Corvo. Esta é a urgência. Isto é, de facto, urgente.

Não é urgente para V. Exa. porque não o tem que pagar, mas é urgente para quem tem que manter os seus negócios na Ilha do Corvo, numa situação e num contexto que os prejudica gravemente em relação aos comerciantes das outras ilhas e que poderá ter como efeito a destruição dos negócios que existem na Ilha do Corvo, e portanto, dos comerciantes, ou seja, da atividade comercial e da

atividade empresarial na Ilha do Corvo. É tão urgente como isso. É urgentíssimo poder atuar desde já.

Poder-me-ão dizer: por que é que o senhor então não acha que este assunto tem que ser discutido em termos de Comissão?

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Ora bem, a questão é a seguinte: em primeiro lugar, como sabem, no mês de novembro esta questão não pode subir a este plenário. Isto significaria vários meses em que os comerciantes teriam um prejuízo mensal muito significativo.

É evidente, para quem está aqui nesta sala e tiver essa consciência, sabe que pagar mais 3 mil euros neste mês, no outro outros 3 mil, isto ao fim de 3 ou 4 meses significa 9 mil ou 12 mil euros. Para muita gente pode não ser muito urgência, agora para os comerciantes e empresários da Ilha do Corvo é de facto muito urgente.

A questão depois também é esta, é que a Representação Parlamentar é consciente que o Governo Regional tem os mecanismos para encontrar a melhor solução. O que nós propomos nesta urgência é a sinalização da questão política. Nós, enquanto entidade parlamentar, o que estamos a fazer é a propor, a recomendar ao Governo dos Açores que possa solucionar esta questão. Estamos a fazer esta recomendação e não indicamos, embora em tenha 3 ou 4 ideias de como é que isto possa ser feito, a forma como o Governo o deve fazer, porque nós consideramos que o executivo deve ter total autonomia para escolher a melhor decisão.

Portanto, ao decidirmos agora, ao decidirmos aqui, o que estamos é a sinalizar perante os comerciantes e empresários da Ilha do Corvo que estamos preocupados com esta questão e estamos a sinalizar que o Governo Regional vai resolver com urgência. É só isto, porque o Projeto de Resolução diz o seguinte na sua parte resolutiva:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas que anulem os acréscimos, custos associados ao transporte marítimo de mercadorias provenientes do exterior entre as ilhas das Flores e do Corvo, assim como as desvantagens comparativas agora criadas ao tecido comercial e empresarial da Ilha do Corvo”.

Ou seja, nós não apontamos uma solução concreta, nem a temos que apresentar. Cabe ao Governo Regional, e estou absolutamente convencido até porque o Governo Regional nesta matéria (verdade seja dita) tem resolvido o problema do abastecimento entre as Flores e o Corvo, tem-lo feito, em condições que não têm sido desvantajosas para a Ilha do Corvo.

Portanto, eu acredito que o Governo Regional continua a ter esse mesmo interesse.

Por isso, sendo aprovada esta urgência, fica sinalizado:

Primeiro ponto: o Parlamento tem conhecimento desta situação e considera que esta situação deve ser ultrapassada;

Segundo ponto: o Governo Regional com certeza que acatará esta recomendação porque eu tenho a certeza, pelo histórico do desempenho do Governo nesta matéria, que também eles farão o possível para resolver com urgência esta questão.

Finalmente, fica a certeza, para os comerciantes e para os empresários da Ilha do Corvo, que os órgãos de Governo próprio da Região querem resolver esta questão com celeridade.

Portanto, eu considero que prestamos um bom serviço aos comerciantes e empresários da Ilha do Corvo, prestamos um bom serviço à Autonomia da Região, prestamos um bom serviço em termos da credibilidade dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Penso que estamos a cumprir o nosso dever. O nosso dever é agir com celeridade.

Eu estou absolutamente convencido que assim irá ocorrer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que esse Projeto de Resolução tem a sua pertinência. De facto, e a ser verdade esses dados, consideramos que a mesma tem que ser avaliada.

Penso que esses valores estão um pouco inflacionados. De qualquer forma nada como falar com quem sabe.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que é fundamental ouvir os intervenientes nesta matéria, até porque não temos neste momento todas as informações, elementos e números necessários para analisar, avaliar e votar, com o conhecimento que é desejado, este Projeto de Resolução.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este Projeto de Resolução deve baixar à Comissão Permanente competente e responsável por este assunto, para a sua respetiva análise.

Para terminar, Sr. Deputado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está e sempre esteve do lado dos comerciantes e de todos corvinos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai aprovar esta urgência e vai aprová-la precisamente por aqueles motivos que o Sr. Deputado Iasalde disse. É que é urgente ou é importante, mas

temos que demorar para discutir; estes valores estão inflacionados, mas não sabe quais são, mas continuam ao lado dos comerciantes do Corvo.

Sras. e Srs. Deputados, uma ilha como o Corvo que sofre de especificidades muito próprias e, nomeadamente no que diz respeito aos transportes, é sempre urgente debater essas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS reconhece de facto a urgência no debate e na resolução desta matéria, tendo em conta que a cada mês que passar este será um custo suplementar enorme para os comerciantes corvinos, e por isso essa é uma situação de tremenda injustiça.

Mas o mais grave que nós consideramos, e é verdadeiramente espantoso, é como é que o Sr. Deputado Iasalde Nunes não consegue reconhecer a nítida urgência da discussão desta matéria para os próprios corvinos e para os comerciantes da Ilha do Corvo e que por isso esteja a ser um entrave à resolução deste problema no entender do CDS-PP?

Termina a sua intervenção dizendo que sempre esteve ao lado dos comerciantes do Corvo.

Se estivesse ao lado dos comerciantes do Corvo...

Deputado André Bradford (PS): E está!

O Orador: ... tinha conhecimento desta situação. Portanto, reconhecia a urgência na sua resolução.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, passemos então à votação do pedido de urgência. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há quem fale em especialidades e em Projetos de Resolução. Estamos conversados.

Eu quero dizer em relação a esta matéria que não há nenhuma dúvida, porque a Resolução do Conselho de Governo n.º 155/2016, de 21 de dezembro de 2016, prevê o seguinte:

“Pelo transporte de qualquer mercadoria entre as Flores e o Corvo será cobrada a tarifa de 80 euros por cada tonelada transportada.”

Ora, 80 euros multiplicado pelo máximo que eu aqui apresentei de um contentor de 35 toneladas, quanto é que dá? É só fazer as contas.

Deputado André Bradford (PS): Isto é uma declaração de voto?

O Orador: Portanto, mas mesmo que o valor não fosse este, seria sempre muito considerável e mais do que isso, seria mais do que todos os outros comerciantes dos Açores pagam.

Por isso, o PPM considera que deveria votar favoravelmente esta iniciativa na medida em que ela significa um prejuízo mensal muito grande para os comerciantes e industriais dos Corvo.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Eu considero que qualquer Deputado que representa aqui um determinado círculo eleitoral deve ter conhecimento das questões. Eu não acredito que o Sr. Deputado Iasalde Nunes não conheça os problemas da Ilha Corvo.

Presidente: Sr. Deputado, queira invocar a razão da sua votação. Não voltemos a discutir o assunto.

O Orador: Tem toda a razão, Sr. Presidente, portanto a referência fica, mas não persisto, Sr. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): O problema é esse!

O Orador: Por isso, eu considero que, de facto, a urgência que eu aqui votei favoravelmente tal como todos os outros partidos é evidente.

Mais do que isto: estou absolutamente convencido que o Governo Regional dos Açores também tem urgência em resolver esta questão, porque eu não estou aqui na politiquice e a fazer política com esta questão, porque senão não tinha dito logo desde o início, e volto a reiterar, que estou absolutamente convencido que o Governo Regional também está preocupado com esta questão. Estou absolutamente convencido.

Portanto, estamos conversados.

Eu não estou aqui a querer tirar qualquer proveito político, senão não teria dito que o Governo Regional (tenho a certeza, até pelas conversas que já tive com o Governo Regional) também está preocupado com esta questão.

Agora, o que eu considero, e termino, Sr. Presidente, é que não há nenhuma informação suplementar em relação à solução que possa ocorrer do debate em Comissão.

Porquê? Porque essa solução terá que ser encontrada pelo Governo Regional. O Projeto de Resolução não indica a definição do modo de intervenção do Governo Regional o que indica é que o Governo Regional deve intervir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Penso que estamos esclarecidos em relação a este assunto.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto dou a palavra ao Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso, Sr. Deputado, que já há muito tempo não acontecia, mas já estava admirado, da falta dos seus ataques pessoais à minha pessoa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ataques pessoais?

O Orador: Sim, dizer que eu não conheço a realidade do Corvo. Confesso que já estava admirado. Há muito tempo que não acontecia. Deixou-me aqui uns meses...

Deputado Bruno Belo (PS): Isso é a declaração de voto?

O Orador: O Sr. Deputado acha que é sempre o dono da verdade e eu continuo e afirmo: acho que é necessário apurar as verdades, saber quais são os valores, ouvir quem sabe nesta matéria.

Volto a dizer: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está sempre e sempre esteve ao lado, seja dos comerciantes, seja de todos os corvinos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então porque não quer resolver o problema?

Deputado André Bradford (PS): Vai resolver!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais nenhuma intenção de declaração de voto, vamos dar por terminada a discussão deste ponto.

Passemos então à Proposta de Deliberação Final. “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Terminando este período legislativo, queria agradecer a colaboração de todos os Deputados na condução dos trabalhos.

Um bom regresso a casa.

Obrigado.

Eram 18 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da Costa

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Mónica Reis Simões Seidi

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses - n.º 1020/XIII/4.^a (BE) – n.º 199/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 11 – 05.

2 – Propostas de Lei:

Assunto: Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 - n.º 155/XIII/4.^a (GOV) – n.º 197/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 25;

Assunto: Aprova o Orçamento do Estado para 2019 - n.º 156/XIII/4.^a (GOV) – n.º 198/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 10 – 25;

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Prorrogação de prazo para apresentação em plenário do relatório do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos – n.º 117/XI](#)

Proveniência: Deputados do Grupo de Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 10 – 17

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

Assunto: [Serviço de transporte marítimo regular de mercadorias, com obrigações de serviço público, entre as ilhas das Flores e do Corvo – n.º 118/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 – 10 – 17

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4 – Projeto de Deliberação:

Assunto: [Suspensão da data para entrega do Relatório Final – n.º 2/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP, PPM

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16

5 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Conselhos Consultivos dos Parques Naturais de Ilha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15

Referência: 54.03.00 – N.º 444/XI;

Assunto: [Funcionamento dos Conselhos Consultivos dos Parques Naturais de Ilha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 10 – 15

Referência: 54.03.00 – N.º 530/XI;

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 62/XI – Revisão urgente da Portaria de Condições de Trabalho aplicável aos Bombeiros Voluntários que exercem funções de Tripulante de Ambulância, aprovada pela Portaria n.º 10/2010, de 28 de janeiro”

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 85/XI – “Recomenda ao Governo a disponibilização de ensino de LGP a alunos e alunas ouvintes e a criação de um grupo de recrutamento para docentes de LGP”

Proveniência: António Lima e Paulo Mendes, do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: Email remetendo o relatório 2/2018 sobre as Previsões macroeconómicas subjacentes à proposta de Orçamento do estado para 2019

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação em Diário da República, a 11 de outubro de 2018 o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2018

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: Ofício GP/00826/2018/N-Círculo, de 9 de outubro de 2018, a agradecer o Voto de Protesto pelas declarações do Dr. Celso Manata

Proveniência: Grupo Parlamentar do CDS-PP, da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: Ofício do Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, remetendo uma Declaração de Voto em defesa da honra, apresentada pelos Deputados Municipais do Partido Socialista, reprovando o voto de repúdio da oposição

Proveniência: Roberto Manuel Medeiros Silva, Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico

Data de Entrada: 2018 – 10 – 17;

Assunto: Ofício com a referência SAI-MPICO/2018/255 agradecendo o Voto de Congratulação pela vitória da Mesa das Lajes do Pico, no concurso “Sete Maravilhas à Mesa”, aprovado por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 20 de setembro de 2018

Proveniência: Manuel Francisco Costa Júnior, Diretor do Museu do Pico

Data de Entrada: 2018 – 10 – 18;

7 – Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de outubro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regula a Extinção da SPRHI, S.A. e da SATA, SGPS, S.A. - n.º 28/XI](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16;

Assunto: [Das audições com carácter de urgência da Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, do responsável da Unidade de Deslocações e de Evacuações Médicas, do Secretário Regional da Saúde e do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 10 – 16.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Transcrição efetuada por: Noélia Escobar